Relatório de Execução Orçamental

Publicação Trimestral

Elaborado com informações de Execução Orçamental disponível até 30 de Junho.

II TRIMESTRE DE 2021

Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul
Direcção de Contabilidade Pública

Contributos:

Direcção do Orçamento
Direcção do Tesouro
Direcção dos Impostos
Direcção das Alfandegas

www.financas.gov.st
Julho de 2021

Índice Geral

Índice Geral i
Índice de Tabelas ii
Índice de Gráficos ii
Lista de Siglas e Acrónimos iii
Apresentação 1
Apreciação Global 2

Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL 7
I.1. Execução das Receitas Totais 7
I.1.1.Receitas Efectivas 8
I.1.2. Receitas Correntes 9
I.1.2.1. Receitas Fiscais 10
I.1.2.2. Receitas não Fiscais 17
I.1.3. Donativos 19

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS 21
I.1.1. Despesas Efectivas 21
I.1.2. Despesas Primárias 22
I.1.3. Despesas Correntes de Funcionamento 23
I.1.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP) 26
I.1.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública) 27
I.1.6. Principais Saldos Orçamentais 30
I.1.7. Financiamento do Défice Global 31

PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 33
II.1. Análise da Execução Orçamental 33
II.1.1. Por Classificação Orgânica 33
II.1.2. Por Classificação Funcional 34
II.1.3. Por Localização Geográfica 36
II.1.4. Por Fonte de Recursos 38
II.1.5. Por Tipologia de Despesas 39
II.2. Alterações Orçamentais 41
II.2.1. Por Classificação Orgânica 42
II.2.2. Por Classificação Funcional 44
II.2.3. Por Localização Geográfica 45
II.2.4. Por Fonte de Recursos 46
II.2.5. Por Tipologia de Despesas 47

Índice de Tabelas

Tabela 1: Despesas efetuadas de Janeiro a Junho no âmbito do programa de combate a COVID_19 5
Tabela 2: Resumo das Receitas Efectivas 8
Tabela 3: Detalhe do IRS 11
Tabela 4: Detalhe do IRC 12
Tabela 5: Detalhe do Imposto sobre Património 12
Tabela 6: Detalhe do Imposto sobre Comércio Externo 14
Tabela 7: Detalhe do Imposto sobre Consumo 15
Tabela 8: Detalhe do Imposto de Selo 16
Tabela 9: Detalhe das Taxas 16
Tabela 10: Despesas Totais Executadas 22
Tabela 11: Estoque da Dívida Pública até Junho de 2021 29
Tabela 12: Principais Saldos Orçamentais até Junho de 2021 30
Tabela 13: Resumo do Financiamento do Défice Global 31
Tabela 14 Execução por Classificação Orgânica 33
Tabela 15: Execução por Classificação Funcional 35
Tabela 16: Execução por Localização Geográfica 37
Tabela 17: Execução por Fonte de Recursos 38
Tabela 18: Execução por Tipologia Despesas 40
Tabela 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica 42
Tabela 20: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional 44
Tabela 21: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica 46
Tabela 22: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos 47
Tabela 23: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas 48

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas 7
Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas 9
Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas 10
Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais 17
Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais 21
Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento 23
Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP) 26

Lista de Siglas e Acrónimos

Acrónimos	Designação
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BCSTP	Banco Central de S. Tomé e Príncipe
BISTP	Banco Internacional de S.Tomé e Príncipe
BM	Banco Mundial
BP	British Petroleum
BT	Bilhete de Tesouro
CUT	Conta Única do Tesouro
CNP	Conta Nacional de Petróleo
ENCO	Empresa Nacional de Combustíveis e Óleos
EU	União Europeia
FIDA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI	Fundo Monetário Internacional
HIPC	Heavily Indebted Poor Countries
NAP	Norma de Aplicação Permanente
OGE	Orçamento Geral do Estado
PIB	Produto Interno Bruto
PIP	Programa de Investimentos Públicos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
SFA	Serviços e Fundos Autónomos
TOFE	Tabela das Operações Financeiras do Estado
VOA	Voice of América

Apresentação

Na observância da norma legal estabelecida através do artigo 36.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei do SAFE - Sistema de Administração Financeira do Estado) associado com o artigo 18.º da Lei n.º 5/2021, de 11 de Fevereiro (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2021), elabora-se o presente relatório de execução orçamental (receitas, despesas e financiamento), referente ao primeiro semestre de 2021, ou seja, o período compreendido de Janeiro a Junho de 2021. Procedeu-se a análise dos valores executados das receitas e despesas, numa perspectiva de desempenho, face ao valor inicialmente aprovado bem como a comparação com os executados no período homólogo do ano precedente.

O princípio adoptado para análise das receitas e despesas executadas neste documento é de base caixa para as receitas e base compromisso para as despesas. A base compromisso aqui relatada corresponde a fase de liquidação das despesas, como definido no disposto pelo artigo 29.º da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro (Lei de SAFE-e que aprova o Sistema de Administração Financeira do Estado), como sendo a etapa onde há apuramento e reconhecimento do valor que efectivamente há a pagar. Já a base de caixa reflecte o momento em que se efectiva a entrada dos recursos na caixa do Tesouro Público, ou seja, a fase de cobrança como sendo a acção de receber ou tomar posse da receita e subsequente entrega ao Tesouro Público (alínea c) do artigo 28.º da Lei de SAFE).

Este relatório encontra-se dividido em duas partes, sendo que, na primeira procedeu-se a análise fiscal da execução orçamental, com as devidas justificações, tanto do nível de execução face ao programado como a sua variação homóloga, face ao mesmo período do ano transacto. Assim, por um lado, procedeu-se a análise das receitas correntes e das suas componentes, (segregadas em fiscais e não fiscais) e dos Donativos. Do lado das despesas, procedeu-se a análise das despesas correntes de funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), das despesas de investimentos públicos (PIP) e das despesas financeiras (Amortização da Dívida Pública). Finalmente procedeu-se a análise dos principais resultados orçamentais, bem como do financiamento, tanto interno como externo.

A segunda parte cingiu-se na análise da execução orçamental das despesas, tendo em consideração as classificações orçamentais (orgânica, funcional, localização geográfica, fonte de recurso e tipologia de despesas). Finalmente, em cumprimento do n.º 5 do artigo 17.º da Lei 5/2021, de 11 de Fevereiro, procedeu-se, ainda nesta parte, a análise das alterações orçamentais das despesas, de acordo com as classificações orçamentais já referenciadas.

Apreciação Global

Para efeito de análise, a execução orçamental do primeiro Semestre do ano 2021, tomou-se como base o cumprimento da Lei n.º 5/2021, de 11 de Fevereiro (Lei que aprova o OGE para o ano de 2021), o que possibilitou a análise da execução das receitas, despesas e financiamento previstos para o período em análise, como consta no presente relatório.

Em abordagem as informações de execução orçamental de Janeiro a Junho de 2021, constata-se que o défice primário para o primeiro Semestre situou-se em 2,2% do PIB, abaixo da meta projectada para o ano (3,9% do PIB). Entretanto, se se mantiver neste ritmo de execução, será bem provável que até o final do ano, consigar-se-á atingir a Meta definida pelos parceiros de Bretton Woods.

O resultado alcançado deve-se sobretudo ao esforço efectuado na contenção das despesas primárias internas, uma vez que as receitas fiscais tiveram um nível de arrecadação muito aquém da espectativa, o qual, até o final do período em análise atingiu-se 44,5% do programado para o ano, representando desta forma um acréscimo de 8,3% em relação ao período homólogo do ano precedente.

No entanto, o défice em causa foi financiado pela componente interna e externa. Pela componente interna, regista-se o financiamento da Conta Nacional do Petróleo (20% da transferência anual), no montante de 67.925 milhares de dobras. Pela componente externa o referido défice foi financiado pelo remanescente do apoio orçamental do BM (Banco Mundial) que teve entrada nos finais de Dezembro de 2020, no montante de 204.863 milhares de dobras e também pelo desembolso do FMI, no mês de Março, no âmbito do programa de iniciativa de crédito alargado no valor de 57.578 milhares de dobras.

Quanto às receitas, verifica-se um grau de realização de 25,9% para as receitas efectivas, sendo que as receitas correntes e donativos ficaram a 46,1% e 4,6% respectivamente do estimado para o ano. As receitas não fiscais tiveram um nível de realização de 54,0%, com um acréscimo de 16,6% do arrecadado no período homólogo de 2020, correspondendo a 1,5% do PIB programado para o ano. Salienta-se, pois, que este aumento deve-se a excelente performance da sua componente Receita Patrimonial, concretamente Rendimentos de participações e, outras receitas não fiscais que registaram-se níveis de execução de 181,6% e 119,1%, respectivamente, dos valores programados para o ano.

É também notável o bom desempenho das receitas de serviços que atingiu um nível de arrecadação de 45,7% do programado para o ano e um acréscimo de 34,2% registado face ao igual período do ano transacto.

Relacionado com os donativos, observa-se que os mesmos ficaram em 4,6% do previsto para o ano e um notável decréscimo de 70,7% em relação ao período homólogo de 2020, que pode ser justificado pela não entrada de recursos provenientes do apoio orçamental.

Pelo apresentado acima, associado a difícil situação financeira que o país atravessa, houve a necessidade de se proceder a contenção de despesas, sobretudo as despesas primárias, de modo que se conseguisse manter dentro da Meta do défice primário acordado com o FMI. Assim, verifica-se que o nível de execução das despesas primárias atingiu 45,4% do inicialmente aprovado. Relativamente ao período homólogo do ano transacto, estas despesas conheceram um acréscimo de 1,6%.

Atendendo o aumento de casos positivos da COVID-19 tanto ao nível nacional como internacional nos finais de Dezembro de 2020 e, na sequência da análise permonorizada da evolução do quadro epidemológico, nos termos da Lei 4/2016-Lei de Base da Proteção Civil e Bombeiros, o Governo decidiu porrogar o Estado de Calamidade no País, que implicou o agravamento de medidas preventivas que permaneceram até 30 de Abril do ano em curso.

Seguidamente foi decretado o Estado de Alerta que continuou até o mês de Junho do corrente ano, na Ilha de S.Tomé. Para a Ilha do Príncipe, onde a situação pandémica é pouco mais agravante decretou-se dois Estados de Emergência, num periodo compreendido de quatro semanas no início do ano, seguidamente do Estado de Calamidade que manteve-se até finais de Maio, estando actualmente em Estado de Alerta.

Neste sentido, na mitigação desta situação, continuou-se a realizar despesas extraordinárias no âmbito do programa de combate e prevenção a pandemia do novo Coronavírus (COVID-19). Recorda-se que este programa teve o seu suporte através do Decreto Presidencial n.º 3/2020, que declarou o Estado de Emergência em Saúde Pública no País a partir do dia 17 de Março de 2020. Foi estabelecido o Comité de Crise criado para o efeito, da qual faz parte o Ministro da Saúde, cuja atribuição é de regulamentar, orientar, coordenar e fiscalizar políticas em saúde pública e assegurar a prevenção e respostas a todas as ocorrências que visam ameaçar a saúde da população.

O Governo através da Lei n.º 4/2020, adoptou as medidas legais, excepcionais e temporárias para lidar com os impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da pandemia da COVID-19; durante o período de contingência.

Para a materialização destas medidas, foram aprovados os Decretos-Leis nºs. 07 e 08/2020, ambos de 07 de Maio de 2020. O Decreto-Lei nº. 7/2020, define as medidas restritivas no âmbito da prevenção e combate a COVID-19 e, o Decreto-Lei nº.8/2020 cria o Fundo de Resiliência, cujo objectivo exclusivo é financiar a implementação das medidas decorrentes dos impactos sociais, económicos e financeiros, directos e indirectos, da COVID-19.

Por outro lado, no âmbito da pandemia em causa o Ministério da Saúde diligenciou-se no sentido de encontrar soluções face as necessidades com a realização de diversas despesas, nomeadamente, criação de condições sanitárias em todos os Centros de Saúde e Região Autónoma do Príncipe, assim como aquisições de máscaras, equipamentos, desinfetantes, aluguer de aviões, campanhas massivas de sensibilização com deslocações e destacamentos de equipas técnicas e jornalísticas na prevenção e combate a COVID-19. Visando assegurar as condições sanitárias da população, o país beneficiou de 24 mil doses de vacina contra COVID-19, através do consórcio COVAX, e parceria entre CEPI, GAVI, UNICEF e OMS. Esta doação corresponde a um primeiro lote de 96 mil dozes vacinas da ASTRAZENECA, para serem administradas no país durante todo o ano de 2021.

Durante o periodo compreendido de Janeiro a Junho do ano em curso, de acordo ao relatório de COVID-19 apresentado pela Direcção do Tesouro, as despesas no âmbito do programa de prevenção e combate a COVID-19, foram financiadas pelos distintos saldos de donativos transitados do ano 2020, no qual estas despesas totalizaram 27.253 milhares de Dobras, sendo que, deste total, cerca de 8.663,0 milhares de Dobras foram financiadas com recursos próprios do Tesouro, através da CUT. É importante salientar que estas despesas foram efectuadas por distintos organismos do Estado e, de forma resumida é apresentada na tabela abaixo:

Tabela 1: Despesas efetuadas de Janeiro a Junho no âmbito do programa de combate a COVID_19

(Valores em milhares de Dobras)

Ministérios/Instituições	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Total	Exec (%)
Saúde	5 218	569	3 008	468	371	0	9 634	35%
Defesa e Ordem Interna	892	406	1 657	825	54	116	3 949	14%
Gabinete do Primeiro Ministro			661	436	78	0	1 175	4%
Planeamento e Economia Azul		140	188	300	160	144	931	3%
Trabalho, Solid. Família e Form. Profissional			10 190	351	0	0	10 541	39%
Negócios Estrangeiros			0	0	0	0	0	0%
Organismos Autónomos			323	350	350	0	1 023	4%
Total	6 111	1 115	16 026	2 729	1 012	260	27 253	100%

Fonte: Direcção do Tesouro - MPFEA

As informações mais detalhadas sobre as despesas efectuadas no âmbito do Programa de prevenção e combate a COVID-19, podem ser consultadas nos Relatórios da COVID-19, produzidos pela Direcção do Tesouro e que se encontram publicados no site do Ministério do Planeamento, Finanças e Economia Azul.

Entretanto, de igual modo como aconteceu nos exercícios económicos de 2019 e 2020, continuam sendo incorporados no TOFE, as informações relativas as receitas e despesas de alguns sectores da Administração Central do Estado que por natureza dos seus serviços cobram receitas e consequentemente realizam algumas despesas, fora do OGE. Estes movimentos encontram-se nas contas destes sectores nos bancos comerciais e não passam pela CUT no Banco Central. Apesar de não terem sido orçamentados e, de modo que haja transparência na utilização do erário público, estes fluxos a partir do mês de Janeiro de 2019, começaram a ser considerados e simultaneamente registados pela Direcção do Tesouro, no qual foram efectuados registos destas informações na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE).

Para as receitas, estas foram classificadas como receitas de serviços e em contrapartida, as despesas foram consideradas de despesas consignadas.

Considerando a abordagem acima, estas receitas durante o período em análise, ou seja, de Janeiro a Junho do corrente ano, excedem o valor de 64.801,7 milhares de Dobras e adicionando-se as já existentes, totalizam o valor de 85.947,1 milhares de Dobras.

Do mesmo modo, para as despesas realizou-se o valor de 68.307,6 milhares de Dobras e, adicionando as despesas consignadas já existentes, totalizaram o valor de 92.204,8 milhares de Dobras.

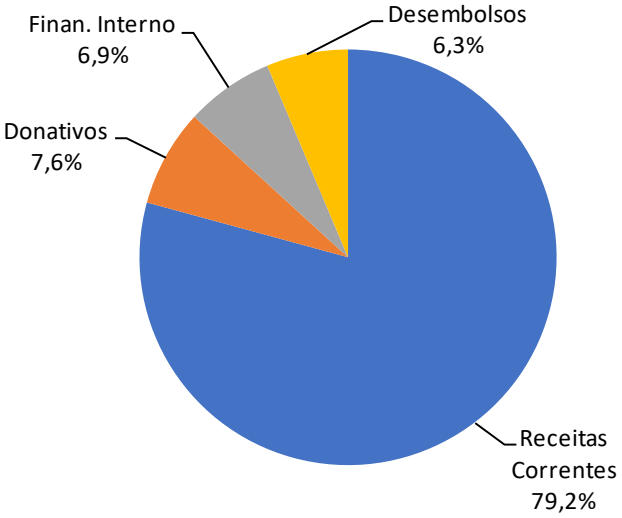
Parte I: ANÁLISE SEGUNDO A PERSPECTIVA FISCAL

I.1. Execução das Receitas Totais

As receitas totais representam a soma das receitas efectivas e dos financiamentos, tanto interno (particularmente a transferência da conta nacional de petróleo para financiamento do orçamento), como externo (que correspondem a desembolsos de empréstimos para projectos).
As informações contidas na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE) mostram que até o final do segundo trimestre do exercício económico em análise as receitas totais arrecadadas totalizaram um montante de 994.090 milhares de Dobras, o que corresponde a uma execução de 27,2% do programado para o ano em análise e uma variação homóloga negativa de 30,2%, face ao executado no igual período do ano 2020 (1.423.773 milhares de Dobras).

Gráfico 1: Evolução e Estrutura das Receitas Totais Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

O moderado incremento deveu-se essencialmente a fraca entrada de Donativos, mais concretamente dos donativos para o apoio orçamental. Do mesmo modo, importa referir que as receitas correntes tiveram um ligeiro aumento no nível de execução, motivado pelo acréscimo das receitas fiscais, que se situaram em 8,3%, acima do realizado no mesmo período do ano 2020.

i.1.1. Receitas Efectivas

Este grupo de receitas representa entradas de recursos que correspondem ao aumento do património financeiro líquido do Estado, compreendendo a soma, das Receitas Correntes e dos Donativos. Até o final do segundo trimestre de 2021, esta ascendeu a uma arrecadação de 862.999 milhares de Dobras, o que corresponde a uma taxa de execução 25,9% do programado, e um decréscimo de 11,5%, relativamente ao arrecadado no período homólogo de 2020. O decréscimo deve-se a uma fraca entrada de Donativos, sobretudo os de apoio orçamental, que até o final do periodo em análise, não se obteve qualquer entrada. Entretanto, neste item de Receitas Efectivas verificou-se um decréscimo de 70,7%, face ao executado no mesmo período de 2020.

Tabela 2: Resumo das Receitas Efectivas

(em milhares de Dobras)

Receitas	Real 2019	OGE - RET 2020	Jan - Jun. 2020	OGE 2021	Jan - Jun. 2021	% Exec.	% V.H.	% PIB
Receitas efetivas	2 072 963	2 742 939	974 720	3 335 311	862 999	25,9	-11,5	9,0
Receitas correntes	1 468 304	1 319 870	717 630	1 710 358	787 795	46,1	9,8	8,2
Receitas corr. excl. petróleo	1 398 498	1 314 771	693 115	1 708 420	728 003	42,6	5,0	7,6
Receitas fiscais	1 160 191	1 152 404	590 610	1 436 154	639 700	44,5	8,3	6,7
Impostos directos	427 112	363 765	216 576	440 696	206 591	46,9	-4,6	2,1
Impostos indiretos	732 893	788 240	373 068	995 084	432 517	43,5	15,9	4,5
Imposto s/ Importação d/q	471 526	534 430	213 865	611 450	274 017	44,8	28,1	2,8
Sobretaxa Esp. Der. Petróleo	643	2 318	1 876	108 295	53 625	49,5	2758,6	0,6
Imposto sobre Consumo	150 843	172 956	105 773	243 079	105 112	43,2	-0,6	1,1
Imposto sobre valor acrescentado (I	0	0	0	21 791	0	0,0	...	0,0
Imposto de Selo	62 515	47 607	27 440	62 264	29 421	47,3	7,2	0,3
Taxas	48 009	33 247	25 990	52 233	23 406	44,8	-9,9	0,2
Contribuição ao Fundo de Desempr	0	0	853	4 266	112	2,6	-86,9	0,0
Outras receitas fiscais	185	399	112	375	481	128,2	328,2	0,0
Receitas não fiscais	308 114	167 466	127 021	274 204	148 095	54,0	16,6	1,5
Receitas patrimonial d/q	111 067	61 357	61 123	73 304	47 082	64,2	-23,0	0,5
Rendimento de petróleo	69 807	2 781	22 640	1 938	6 167	318,2	-72,8	0,1
Receitas de serviços	188 192	103 375	64 044	188 248	85 947	45,7	34,2	0,9
Outras receitas não fiscais	8 855	2 734	1 854	12 652	15 066	119,1	712,6	0,2
Donativos	604 659	1 423 069	257 090	1 624 953	75 204	4,6	-70,7	0,8
para financiamento do OGE	186 033	408 314	153 071	367 500	0	0,0	-100,0	0,0
para Projectos	332 711	951 500	62 646	1 170 946	48 401	4,1	-22,7	0,5
HIPC	85 915	63 255	41 373	86 507	26 803	31,0	-35,2	0,3

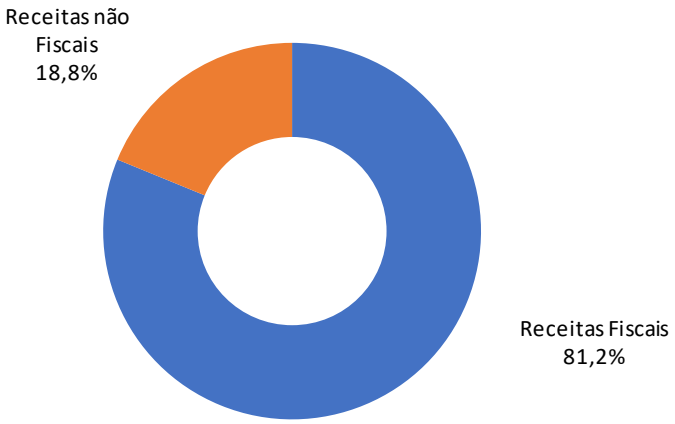
Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

I.1.2. Receitas Correntes

Fazem parte desta categoria, as receitas fiscais referente as tributárias (oriundas de impostos, taxas e contribuições) e as não fiscais correspondentes a soma das receitas patrimoniais (provenientes da exploração dos bens do Estado), das receitas de serviços prestados pelo Estado, das transferências recebidas de outras pessoas de direito público ou privado, e de receitas correntes diversas (provenientes de multas, cobranças de dívidas, restituições, etc.).

Gráfico 2: Estrutura das Receitas Correntes Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Relativamente ao total programado, as Receitas Correntes registaram um grau de realização de 46,1%, ascendendo aos 787.795 milhares de Dobras, superior ao arrecadado no igual periodo do ano precedente em 9,8%. O baixo nível de arrecadação registado nesta categoria de receitas até o periodo em análise, deveu-se, sobretudo ao fraco desempenho do IRS e, ao moderado crescimento do imposto sobre a importação e do Imposto sobre consumo de Bebibas alcoólicas, tendo este ultimo atingido um nível de execução de 38,1% e uma variação homóloga negativa de 3,1%.

Tendo em conta o nível de execução observado, esta categoria de receita representa cerca de 8,2% do PIB estimado para o ano em análise. Salienta-se que, se do valor apurado deduzirmos as receitas petrolíferas, as receitas correntes[1] ascendem a 728.003 milhares de Dobras, ficando a 42,6% do inicialmente estimado, mas que entretanto, corresponde a um acréscimo de 5,0% do arrecadado no período homólogo do ano transacto.

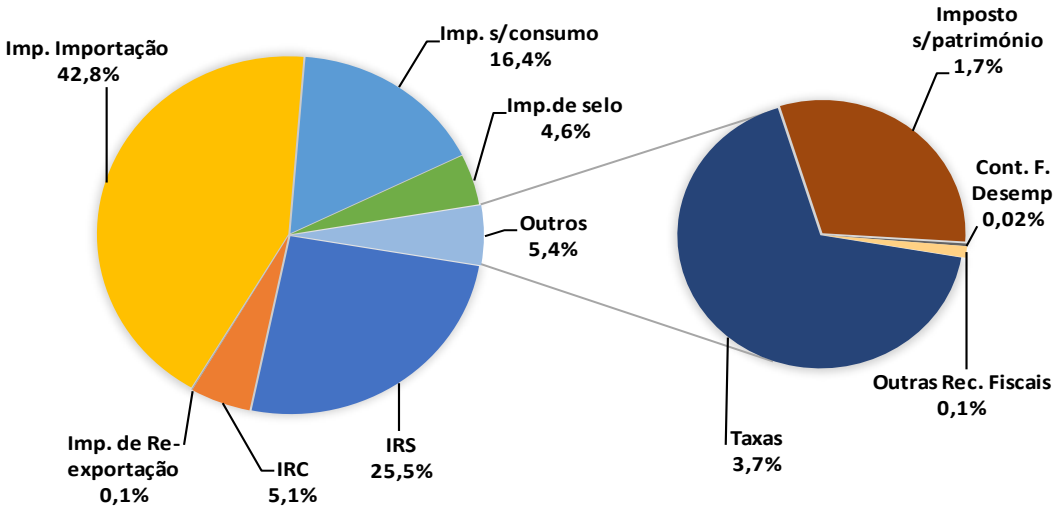
[1] Receitas correntes, excluídos os rendimentos de petróleo é o item das receitas que serve de base para apuramento do saldo primário doméstico.

I.1.2.1. Receitas Fiscais

As receitas fiscais representam o principal item das receitas correntes (cerca de 81,2%, cf. gráfico.2.), tendo registado até ao final do segundo trimestre do ano em análise, uma arrecadação que ascende aos 639.700 milhares de Dobras, cerca de 44,5% do programado para o ano, o que corresponde deste modo a um acréscimo de 8,3%, face ao arrecadado no mesmo período do ano 2020, e, cerca de 6,7% do PIB estimado para o ano. O nível de execução face ao período homólogo foi apurado principalmente pelo desempenho de um dos seus principais componentes, "Impostos sobre Consumo", que registou uma execução de 43,2%, face ao programado para o ano. Este agregado teve uma variação homóloga negativa de 0,6%.

Gráfico 3: Estrutura das Receitas Fiscais Realizadas

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

i. Impostos Directos

Em matéria dos Impostos Directos, estes correspondem a 32,3% das receitas fiscais, tendo registado até final do segundo trimestre um grau de execução de 46,9% do previsto, ascendendo aos 206.591 milhares de Dobras, e que corresponde a um decréscimo de 4,6% face ao arrecadado no igual período do ano transacto. Relativamente ao nível de execução bem como o decréscimo observado, cumpre realçar que os mesmos foram afectados pela cobrança do IRS assim como a cobrança do IRC, como justificado nos pontos abaixo:

– Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas singulares, consagrado pela Lei n.º 11/2009, define a tributação de rendimentos de pessoas singulares. O IRS incide sobre o valor dos rendimentos provenientes da categoria A (rendimentos do trabalho dependente e de pensões), da categoria B (rendimento empresariais e

profissionais), categoria C (rendimentos de capitais) e categoria D (incrementos patrimoniais). Os rendimentos, quer em dinheiro ou em espécie e, mesmo quando provenientes de actos ilícitos ficam sujeitos à tributação, seja qual for a moeda e a forma que sejam auferidos.

Tabela 3: Detalhe do IRS

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Jun 2020	OGE 2021	Jan-Jun 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
IRS	**300 506**	**174 109**	**358 125**	**163 297**	**45,6**	**-6,2**	**100,0**
do Trabalho por Conta de Outrem	252 706	141 415	307 308	137 481	44,7	-2,8	84,2
do Trabalho por Conta Própria	32 616	23 183	36 028	19 422	53,9	-16,2	11,9
de Capitais Individuais	15 184	9 511	14 789	6 394	43,2	-32,8	3,9

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Este grupo de receita que representa uma das maiores componentes do agregado das receitas fiscais 25,5% (cf. Gráfico 3), e o maior agregado dos impostos directos, apresenta até final do segundo trimestre uma arrecadação de 163.297 milhares de Dobras, o que corresponde a 45,6% do inicialmente previsto e, um decréscimo de 6,2% face ao arrecadado em igual período de 2020. É de realçar que todas as componentes deste imposto, tiveram variações homólogas negativas, em comparação aos valores executados no igual periodo de 2020, que pode ser justificado pelo decréscimo verificado nas actividades económicas individuais, causada pela crise pandémica da Covid 19.

– Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC)

O código do imposto sobre rendimento de pessoas colectivas foi consagrado pela Lei n.º 10/2009 e define a tributação de rendimentos de pessoas colectivas. Este imposto incide sobre o rendimento de pessoas colectivas, nomeadamente sociedades comerciais, sociedades civis sob forma comercial, cooperativas, empresas públicas, as entidades desportivas de personalidade jurídica, com sede ou Direcção efectiva no território nacional, as entidades com ou sem personalidades jurídicas, que não tenham sede nem Direcção efectiva no território nacional, cujos rendimentos são obtidos em São Tomé e Príncipe.

Tabela 4: Detalhe do IRC

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Jun 2020	OGE 2021	Jan-Jun 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
IRC	**53 261**	**33 773**	**69 248**	**32 626**	**47,1**	**-3,4**	**100,0**
Indústria Petrolífera	0	-	-	-	...	...	0,0
Imposto Industrial	**50 231**	31 088	**65 755**	**26 211**	39,9	-15,7	80,3
de Capitais de Pessoas Jurídicas	**3 031**	2 685	**3 493**	**6 415**	183,6	138,9	19,7
do Transporte do Petróleo	0	-	-	-	...	...	0,0

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

As receitas provenientes deste imposto apresentam até final do período em análise, uma arrecadação de 32.626 milhares de Dobras, correspondendo a 47,1% do estimado para o ano e um decréscimo de 3,4%, face ao arrecadado no período homólogo de 2020, representando 5,1% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3).

- Imposto sobre o Património

Este grupo de imposto refere-se à soma do Imposto de Contribuição Predial Urbana, regida pela Lei n.º 6/2008, de 19 de Agosto, que incide sobre prédios urbanos e terrenos destinados a construção; do Imposto sobre Sucessões e Doações, regulado pela Lei n.º 8/2007, de 25 de Maio, que incide sobre as transmissões gratuitas de bens móveis ou imóveis localizados no território São-tomense, do Imposto de SISA, regido pela Lei n.º 5/2007, de 11 de Maio, que incide sobre as transmissões, a título oneroso, do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis situados no território nacional e do Imposto sobre Veículo Automóvel, que é regido pelo Decreto-lei n.º 13/93, de 5 de Março, que incide sobre o uso e fruição dos veículos motorizados, que circulam pelo seu próprio meio ou estejam estacionados nas vias ou nos lugares públicos.

Tabela 5: Detalhe do Imposto sobre Património

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Jun 2020	OGE 2021	Jan-Jun 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre o Património	**9 997**	**8 694**	**13 323**	**10 668**	**80,1**	**22,7**	**100,0**
Predial Urbano	**1 964**	1 869	**2 005**	**2 097**	104,6	12,3	19,7
Sucessões e Doações	**1 294**	946	**1 890**	**2 752**	145,6	190,9	25,8
Transações Imob. a Título Oneroso	**2 829**	2 098	**5 378**	**1 455**	27,1	-30,6	13,6
Veículos Automóveis	**3 910**	3 781	**4 050**	**4 363**	107,7	15,4	40,9

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Até Junho de 2021, a taxa de arrecadação das receitas relativas a este grupo de imposto foi de 80,1% do programado, ascendendo aos 10.668 milhares de Dobras, mais 22,7% do que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, representando no seu conjunto 1,7% das receitas fiscais realizadas (cf. Gráfico 3). Para este nível de execução bem como o moderado crescimento observado contribuíram, por um lado, o **Imposto Predial Urbano**, que conheceu uma execução de 104,6%, cuja matéria colectável provém da dinâmica das transacções imobiliárias, que também sofreu, naturalmente, ligeira queda com a crise sanitária provocada pela Covid 19. Por último, importa referir que quanto ao **Imposto sobre Veículos Automóveis** e as **Transações Imobiliárias a Título Oneroso** atingiram um nível de execução correspondente a 107,7% e 27,1%, respectivamente do programado.

ii. Impostos Indirectos

Em relação a este grupo de impostos, importa referir, que os mesmos incidem sobre transacções de produtos, sendo a base tributária os valores de compra e venda, representando a maior componente das receitas fiscais (67,6%). A arrecadação das receitas derivadas destes impostos para o período em causa, foi de 432.517 milhares de Dobras, o que representa 43,5% do programado e um acréscimo de 15,9%, relativamente ao arrecadado no igual período do ano transacto. O nível de execução alcançado assim como o aumento verificado comparativamente ao período homólogo deve-se sobretudo ao desempenho verificado nas suas diversas componentes, particularmente as rubricas de Imposto sobre as Importações e Imposto sobre o Consumo, como justificado nos pontos abaixo:

– Imposto sobre a Exportação

A política de incentivo à exportação, estatuída pela Lei n.º 1/2000, leva a que o valor de arrecadação de receita desta categoria seja reduzido ou nulo. Entretando no periodo compreendido de Janeiro a Junho do ano de 2021, arrecadou-se nesta rubrica de receitas 560 milhares de Dobras, que corresponde ao pagamento de taxas e emolumentos de exportação de Azeite de Palma efectuada pela Empresa Agripalma ao exterior.

– Imposto sobre a Importação

A dependência da economia nacional face ao exterior continua a fazer com que esta categoria seja uma das principais fontes de arrecadação das receitas internas, considerada a maior componente das receitas fiscais arrecadadas (representa 42,8%, cf. Gráfico 3), pelo que até o final do segundo trimestre de 2021, a arrecadação desse agregado de receitas atingiu o montante de 274.017 milhares de Dobras, corresponde a 44,8% do programado, e um acréscimo de 28,1% face ao arrecadado no mesmo período do ano transacto.

Tabela 6: Detalhe do Imposto sobre Comércio Externo

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Jun 2020	OGE 2021	Jan-Jun 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre Comércio Externo	**534 430**	**213 865**	**611 450**	**274 578**	**44,9**	**28,4**	**100,0**
Imposto s/Exportação (Reexportação)	0	-	-	560	...	...	0,2
Imposto sobre Importação	**534 430**	**213 865**	**611 450**	**274 017**	**44,8**	**28,1**	**99,8**
Taxa	285 099	99 882	241 661	123 900	51,3	24,0	45,1
Sobre- Taxa	247 013	112 107	263 494	96 493	36,6	-13,9	35,1
Sobre-taxa Especial derivado de prod.	2 318	1 876	106 295	53 625	50,4	2758,6	19,5

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

Para o nível de execução verificado concorreram, por um lado, as Taxas sobre Importação, derivadas do imposto aduaneiro, que registaram um grau de execução de 51,3% do programado, ascendendo aos 123.900 milhares de Dobras, o que representa um acréscimo de 24,0%, face ao arrecadado no mesmo período do ano anterior, e por outro, a Sobre-Taxa de importação, que obteve nível de execução de 36,6% do programado, ascendendo a 96.493 milhares de Dobras, que entretanto corresponde a um decréscimo de 13,9% do que foi arrecadado no igual período do ano transacto.

- Imposto sobre consumo

Este agregado de receitas que é composto por Imposto sobre Consumo de Serviços, Imposto de Consumo de Bebidas Alcoólicas e sobre o Consumo de Produção Local, registou uma execução que representa 16,4% das receitas fiscais (cf. Gráfico 3), tendo apresentado uma taxa de arrecadação que ficou nos 43,2% do programado, ascendendo aos 105.112 milhares de Dobras, o que representa uma diminuição de 0,6%, face ao arrecadado no período homólogo do ano transacto. A performance registada ao nível deste imposto foi impulsionada pelo:

i. O desempenho registado ao nível dos **Impostos sobre Consumo de Serviços**, que alcançou uma realização de 48,1%, ascendendo aos 50.241 milhares de Dobras, que, todavia, corresponde a um acréscimo de 1,8% do que foi arrecadado no igual período de 2020. É importante salientar que neste agregado de receitas faz parte imposto sobre o consumo de Serviços de Telecomunicações e o Imposto sobre o Consumo de Serviços Hoteleiros e Similares, que sofreram uma variação negativa de Janeiro à Junho, face ao mesmo período de 2020. Sendo a CST, o principal contribuinte deste imposto, este, teve uma diminuição no consumo de serviços de terceiros durante o primeiro semestre do ano em análise. O Imposto sobre o Consumo de Serviços Hoteleiros e Similares sofreu grande queda neste semestre face ao igual periodo do ano anterior, devido ao impacto negativo que os sectores de actividades turísticas tiveram e vêm tendo com a pandemia da Covid 19.

ii. O moderado desempenho do **Imposto sobre o Consumo de Bebidas Alcoólicas** num valor que ascendeu a 35.297 milhares de Dobras, atingindo desta forma 38,1% do programado e um decréscimo de 3,1%,

face ao período homólogo de 2020, deveu-se a diminuição da importação e por conseguinte, levou a fraca cobrança deste imposto;

iii. O **Imposto sobre Consumo de Produção Local** que até final de Junho registou uma taxa de execução de 42,6% relativamente ao programado e um decréscimo de 2,2% face ao que foi arrecadado no mesmo período do ano transacto, tendo alcançado uma arrecadação de 19.574 milhares de Dobras.

Tabela 7: Detalhe do Imposto sobre Consumo

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Jun 2020	OGE 2021	Jan-Jun 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto sobre o Consumo	**172 956**	**105 773**	**243 079**	**105 112**	**43,2**	**-0,6**	**100,0**
de Álcool Industrial	0	0	0	0	...	...	0,0
de Derivados do Petróleo	0	676	0	44	...	-93,4	0,0
de Gases Liquefeitos	0	240	0	0	...	-100,0	0,0
de Bebidas Alcoólicas	61 083	36 414	92 762	35 297	38,1	-3,1	33,6
de Serviços de Telecomunicações	39 322	20 566	47 443	17 453	36,8	-15,1	16,6
de Serviços Hoteleiros e Similares	8 232	8 616	7 736	2 852	36,9	-66,9	2,7
de Serviços de Água e Energia	10 082	4 838	12 169	5 141	42,2	6,3	4,9
de Serviços Bancários e de Seguros	10 420	5 555	11 139	5 754	51,7	3,6	5,5
de Serviços Diversos	14 200	8 847	25 930	18 997	73,3	114,7	18,1
de Produção Local	29 617	20 023	45 901	19 574	42,6	-2,2	18,6

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

– Imposto de Selo

O imposto de selo tem como base de tributação entre outras, as facturações. Se a dinâmica das transacções de bens e serviços arrefece, a arrecadação deste imposto diminui. Conforme apresentado na Tabela 8, registou-se nesta categoria de receitas fiscais, uma arrecadação que ascendeu 29.421 milhares de Dobras (representa 4,6% das receitas fiscais, cf. Gráfico 3), o que corresponde a uma taxa de execução de 47,3% do programado e um acréscimo de 7,2% do realizado no período homólogo de 2020. O nível de arrecadação observado estão relacionados com desempenho das suas componentes Selo de Verba e o Selo de Assistência que em termos de estrutura representam no seu conjunto 93,4% do grupo de imposto de selo.

Tabela 8: Detalhe do Imposto de Selo

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Jun 2020	OGE 2021	Jan-Jun 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Imposto de Selo	**47 607**	**27 440**	**62 264**	**29 421**	**47,3**	**7,2**	**100,0**
Selo de Verba	28 253	16 113	37 585	17 314	46,1	7,5	58,9
Selo de Conhecimento e Cobrança	3 984	2 164	4 437	1 931	43,5	-10,8	6,6
Selo de Cheque	7	6	12	19	150,2	215,0	0,1
Selo de Assistência	15 363	9 157	20 230	10 157	50,2	10,9	34,5

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

– Taxas

Relativamente as Taxas, que também incorporam custas e emolumentos, sobretudo os alfandegários, atingiram até final do período em análise um grau de realização de 44,8% do programado, ascendendo aos 23.406 milhares de Dobras, o que reflectiu num decréscimo de 9,9% face ao arrecadado no igual período do ano 2020. O montante arrecadado representa cerca de 3,7% das receitas fiscais (ver Gráfico 3).

Tabela 9: Detalhe das Taxas

(em milhares de Dobras)

Receitas	OGE - RET 2020	Jan-Jun 2020	OGE 2021	Jan-Jun 2021	% Exec.	% V.H.	% Estrut.
Taxas	**33 247**	**25 990**	**52 233**	**23 406**	**44,8**	**-9,9**	**100,0**
das quais							
Custas e taxas	1 739	492	2 228	623	28,0	26,5	2,7
Emolumentos de Outros Minérios	0	0	4	4	85,7	...	0,0
Emolumentos Gerais aduaneiros	4 509	1 543	3 645	1 758	48,2	14,0	7,5
Emolumento Geral de exportação	60	20	35	0	0,0	-100,0	0,0
Emolumento Pessoais	4 598	3 023	6 989	3 406	48,7	12,7	14,6
Subsídio de deslocação	6 994	6 114	13 407	6 793	50,7	11,1	29,0
Emolumento e Taxas Diversas	12 987	13 062	21 384	9 997	46,7	-23,5	42,7
Emolumento Especiais - 10%	2 359	1 735	4 541	826	18,2	-52,4	3,5

Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

– Outras Receitas Fiscais

Estão agregadas nesta rubrica, todas as outras taxas e impostos residuais cobrados, que não se enquadram nos grupos anteriormente mencionados. Assim, até o final do segundo trimestre do exercício económico em análise, o nível de arrecadação deste agregado de receitas foi de 128,2% do programado, atingindo os 481 milhares

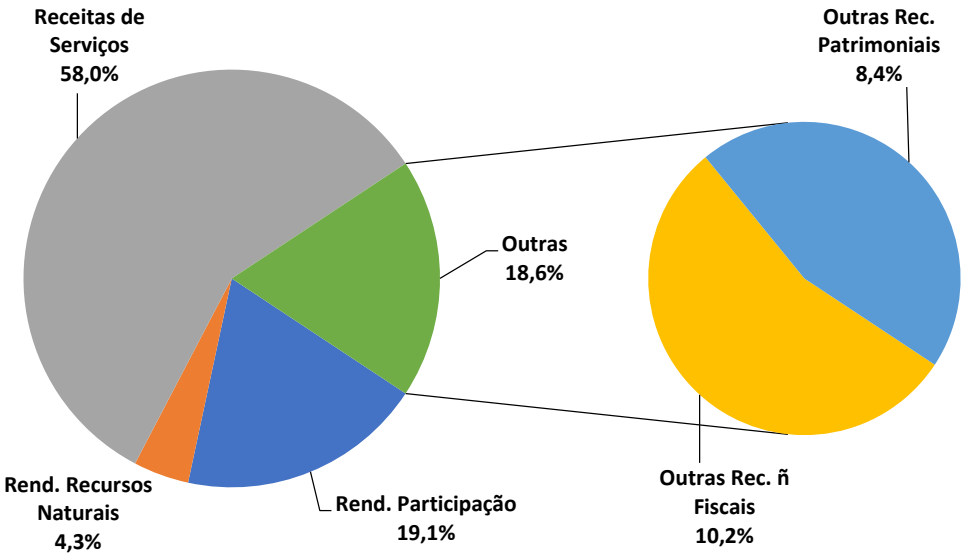
Dobras, o que traduziu num acréscimo de 328,2% em termos homólogos nominais face ao arrecadado no igual período de 2020.

I.1.2.2. Receitas não Fiscais

Este agregado de receitas que é composto por Receita Patrimonial (Rendimento de Participações), Receitas de Serviços e Outras Receitas não Fiscais, teve até final de Junho do ano em análise, uma taxa de realização de 54,0% do programado, ascendendo aos 148.095 milhares de Dobras, o que em termos homólogos nominais corresponde a um acréscimo de 16,6% face ao igual período de 2020, representando desta forma, 18,8% das receitas correntes realizadas. A perfomance verificado deveu-se fundamentalmente ao desempenho do Rendimento de Parcipações, inclui (o rendimento das empresas estatais), outras receitas não fiscais, outras receitas patrimoniais que inclui (renda de casa e outros rendimentos imobiliários); bem como as Receitas de Serviços, tendo atingido 181,6% , 119,1%, 79,6% e 45,7%, respectivamente do programado para o ano.

Gráfico 4: Estrutura das Receitas Não Fiscais

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública - MPFEA

i. Receita Patrimonial

Relativamente a esta componente de Receitas não Fiscais verifica-se que a mesma alcançou 64,2% do estimado para o ano, ascendendo aos 47.082 milhares de Dobras, o que corresponde a um decréscimo de 23,0% face ao que se arrecadou no igual período do ano transacto (61.123 milhares de Dobras). O nível de arrecadação verificado deve-se essencialmente ao desempenho da sua subcomponente "Rendimentos de Recursos Naturais", que apresentou uma execução muito inferior ao que obteve no período homólogo de 2020, como abaixo se discrimina:

– Rendimento de Participações

Nesse grupo de receitas fazem parte a participação do Estado nos Rendimentos das Empresas Estatais, os do Banco Central e das Empresas Participadas de acordo com o estipulado no artigo 5.º da Lei n.º 1/2017. Assim sendo, conforme os dados apresentados no TOFE referente ao período em análise, verifica-se que a sua execução atingiu 28.263 milhares de Dobras, representando 181,6% do programado para o ano. Entretanto, salienta-se que do montante arrecadado nesta rubrica, o valor de 18.008 milhares de Dobras, contou com a participação da CST e 10.255,0 milhares de Dobras contou com a participação do BISTP, sendo ambos (relacionados com a comparticipação do Estado Santomense nos dividendos obtidos referente ao ano de 2020).

– Rendimento de Recursos Naturais

Relativamente às receitas provenientes dos recursos naturais, estas fazem referência às receitas oriundas de Rendimento do Petróleo (bónus de assinatura e taxas de transacção imobiliária) e do Rendimento das Pescas (relativas ao acordo de pesca assinado com a União Europeia e a concessão de licenças de pescas a pequenas embarcações). A sua execução situou-se nos 15,2% do programado, ascendendo aos 6.396 milhares de Dobras (representa 4,3% das receitas não fiscais, *cf.* Grafico 4), e que corresponde a um decréscimo de 83,1%, comparativamente ao executado no mesmo período de 2020. O decréscimo observado relativamente ao igual período de 2020 é justificado pela redução de recursos provenientes de bónus de assinatura de contratos de exploração de petróleo e também a não entrada, até o periodo em análise, das receitas provenientes de bonificação e prémios de pescas.

– Outras Receitas Patrimoniais

Este grupo de receitas, representa todas as outras receitas patrimoniais não incluídas nos itens mencionados acima. Até final do segundo trimestre do ano em análise, as mesmas conheceram uma execução na ordem de 12.423 milhares de Dobras, cerca de 79,6% do programado e um acréscimo de 26,4% em relação ao que foi arrecadado no período homólogo do ano anterior.

ii. Receitas de Serviços

Estas compreendem as receitas originárias da exploração e da prestação de serviços em geral, tais como comerciais, comunitários, entre outros, que são consignadas algumas despesas dos sectores que as arrecadam. Assim sendo, durante o periodo em análise arrecadou-se neste agregado de receitas o montante de 85.947 milhares de Dobras. Estas receitas representam 58,0% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4 e obtiveram um nível de execução de 45,7% do programado, representando desta forma a um acréscimo de 34,2% face ao arrecadado no período homólogo de 2020.

iii. Outras Receitas não Fiscais

Neste agregado de receitas, estão todas as outras receitas não fiscais que não se enquadram nas anteriormente mencionadas. No período em análise, a taxa de arrecadação desse agregado de receitas foi de 119,1% do programado, atingindo os 15.066 milhares de Dobras, mais 712,6%, face ao registado no igual período de 2020, representando cerca de 10,2% das receitas não fiscais, conforme apresentado no Gráfico 4.

I.1.3. Donativos

Relativamente aos recursos provenientes dos Donativos, estes são constituidos pelos donativos para financiamento do OGE, para Projectos e os provenientes da iniciativa HIPC.

Dada a conjuntura internacional adversa, decorrente da crise económico-social que os parceiros de cooperação tradicionais de São Tomé e Príncipe atravessam, provocada sobretudo pela pandemia da COVID-19, constata-se uma considerável dificuldade na captação de recursos externos, sobretudo dos Donativos.

De acordo com dados observados através da Tabela 2, verifica-se que os recursos provenientes dos Donativos, até o periodo em análise ascenderam 75.204 milhares de Dobras, constituído pelos donativos para projectos e pelos donativos do fundo HIPC.

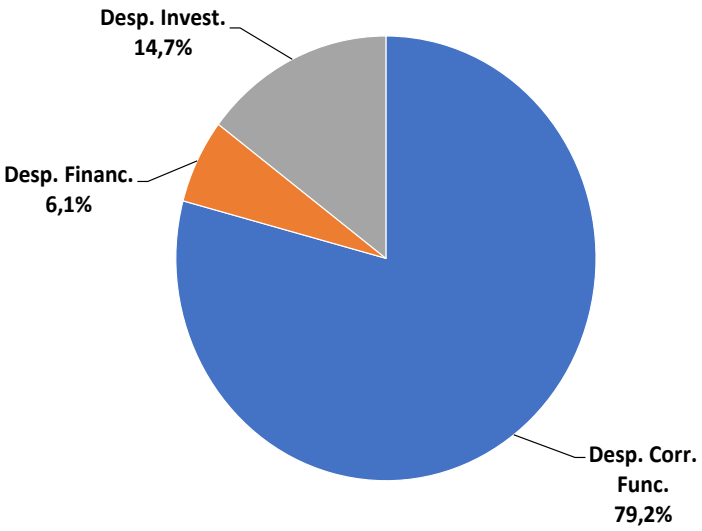
É de referir que o total dos donativos, no periodo compreendido de Janeiro a Junho do corrente ano, representa 4,6% do programado e um decréscimo de 70,7%, face ao arrecadado no igual período de 2020, correspondendo desta forma a cerca de 7,6% das receitas totais, (cf. Gráfico 1).

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Durante o período compreendido de Janeiro a Junho de 2021, as Despesas Totais que representam a soma das Despesas de Funcionamento (incluindo Juros da Dívida e Despesas Consignadas), Despesas de Investimentos Públicos e Despesas Financeiras (Despesas de Amortização da Dívida Pública) conheceram neste período, uma taxa de execução de 37,2% do inicialmente aprovado, ascendendo ao montante de 1.358.679 milhares de Dobras, e menos 11,4% do executado no igual período de 2020, impulsionado particularmente por uma maior realização das despesas correntes de funcionamento (79,2%, cf. Gráfico 5). O decréscimo verificado deve-se fundamentalmente a baixa execução das despesas de investimentos públicos, em decorrência da baixa mobilização dos recursos externos, na vertente donativos e empréstimos para financiar projectos inscritos no orçamento, associada a contenção e alinhamento das despesas primárias, ao ritmo de arrecadação das Receitas Correntes, tendo em foco a meta do défice primário acordada com os parceiros de Bretton Woods.

Gráfico 5: Evolução e Estrutura das Despesas Totais

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

I.1.1. Despesas Efectivas

Relativamente a categoria das Despesas Efectivas que expressam a diminuição do património líquido do Estado (correspondem as Despesas Totais excluindo Despesas Financeiras) registaram até final do semestre em análise, uma execução que ascendeu ao montante de 1.275.288 milhares de Dobras, cerca

de 36,7% do inicialmente previsto e um decréscimo de 11,9% do executado no período homólogo de 2021. Não obstante o decréscimo verificado, constata-se que a taxa de execução dessas despesas ficou aquém do programado, devido fundamentalmente, a baixa realização das despesas do programa de investimentos públicos na vertente das financiadas com recursos externos.

I.1.2. Despesas Primárias

Atendendo que estas despesas correspondem à soma das Despesas Correntes de Funcionamento (excluindo Juros da Dívida Pública e as Despesas Correntes de Exercícios Anteriores) e das Despesas de Investimentos Públicos financiadas com Recursos Internos (excluindo privatização) e que serve de contraparte para o apuramento do saldo primário que é o principal indicador de desempenho das finanças públicas, a sua realização face ao orçamentado foi de 45,4%, tendo ascendido a 939.891 milhares de Dobras correspondendo a um acréscimo de 1,6% do que foi executado no mesmo período do ano transacto e adequando desta forma a 9,8% do PIB estimado para o ano.

O baixo nível de execução observado deve-se, por um lado, a fraca cobrança das receitas correntes e, por outro lado, a contenção no pagamento de algumas despesas correntes sobretudo, as despesas discricionárias, de modo a se cumprir com a meta do défice primário acordado com o FMI.

Tabela 10: Despesas Totais Executadas

(em milhares de Dobras)

Despesas	Real 2019	OGE - RET 2020	Jan - Jun. 2020	OGE 2021	Jan - Jun. 2021	% Exec.	% V.H.	% PIB
Despesas Totais	2 322 493	3 184 507	1 533 821	3 655 123	1 358 679	37,2	-11,4	14,1
Despesas efectivas	2 206 149	3 079 654	1 448 115	3 472 029	1 275 288	36,7	-11,9	13,3
Despesas primárias	1 568 367	1 876 684	924 802	2 069 339	939 891	45,4	1,6	9,8
Despesas correntes	1 742 778	1 896 549	1 076 659	2 136 609	1 075 559	50,3	-0,1	11,2
Despesas com pessoal	847 549	980 529	477 517	1 146 474	487 777	42,5	2,1	5,1
Bens e serviços	235 013	321 427	146 779	268 007	127 326	47,5	-13,3	1,3
Juros da dívida	65 520	42 285	28 846	49 990	12 446	24,9	-56,9	0,1
Subsídios e tranf. correntes	268 153	326 356	174 389	388 125	183 838	47,4	5,4	1,9
Outras despesas correntes	199 385	202 225	115 002	211 618	126 773	59,9	10,2	1,3
Exercício findo	127 157	23 726	134 125	72 395	137 399	189,8	2,4	1,4
Investimento públicos	463 371	1 183 105	371 457	1 335 420	199 729	15,0	-46,2	2,1
Recursos internos	18 267	46 147	11 115	55 115	14 177	25,7	27,5	0,1
Recursos próprios	8 773	27 731	5 371	31 963	6 980	21,8	30,0	0,1
Recursos de Privatização	0	0	0	0	0	…	-100,0	0,0
HIPC	9 494	18 416	5 744	23 152	7 197	31,1	…	0,1
Recursos externos	445 104	1 136 958	360 342	1 280 305	185 552	14,5	-48,5	1,9
Donativos	348 710	951 500	274 563	1 170 946	180 232	15,4	-34,4	1,9
Empréstimos	96 394	185 458	85 779	109 359	5 320	4,9	-93,8	0,1
Despesas Financeiras	116 344	104 853	85 706	183 094	83 391	45,5	-2,7	0,9

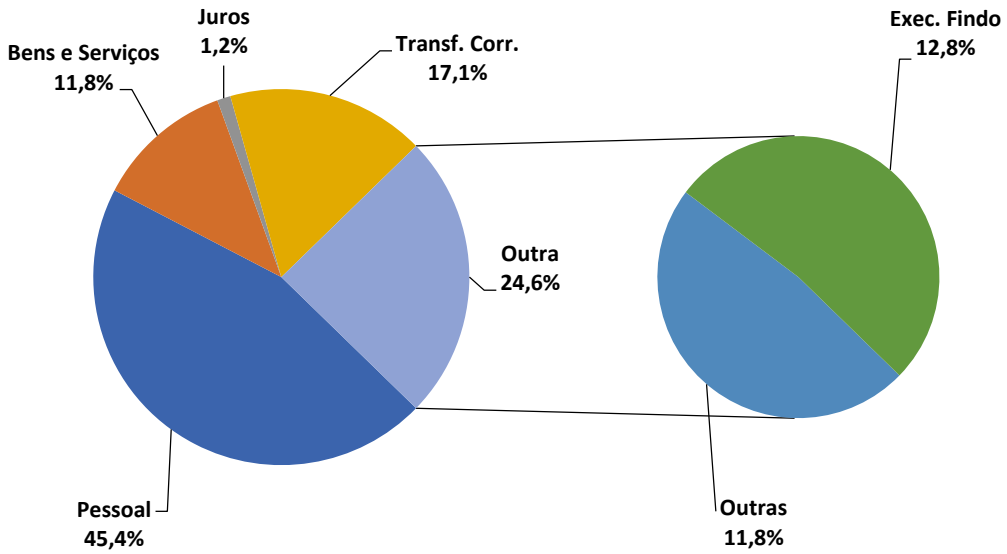
Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

I.1.3. Despesas Correntes de Funcionamento

Fazendo menção as despesas correntes de funcionamento, estas referem-se as despesas correntes, tanto das actividades (incluindo juros da dívida pública) como as financiadas com recursos consignados aos sectores. Portanto, esta rubrica inclui todas as despesas de funcionamento que têm o carácter permanente e que se repetem anualmente, com o objectivo de suportar o funcionamento do aparelho do Estado, tendo a sua execução correspondido a 79,2% das despesas totais, conforme apresentado no Gráfico 5.

Gráfico 6: Evolução e Estrutura das Despesas de Funcionamento

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

Dada a avaliação feita dos dados durante o primeiro semestre do ano 2021, através da Tabela 10, observa-se que as mesmas tiveram uma execução que ascende a 1.075.559 milhares de Dobras, o que corresponde a 50,3% do inicialmente aprovado, e uma variação homóloga negativa em termos nominais de 0,1% representando desta forma 11,2% do PIB estimado. Entretanto, o nível de execução atingido deve-se ao desempenho alcançado pelos agregados que compõem esta categoria de despesas, como abaixo se descrimina:

- Despesas com Pessoal (incluindo encargos com segurança social)

Para a categoria das Despesas com Pessoal, que inclui os encargos com a segurança social, verifica-se que elas correspondem a 45,4% do total das despesas correntes de funcionamento, conforme mostra o Gráfico 6, representando desta forma 76,3% das receitas fiscais realizadas e cerca de 5,1% do PIB estimado, o que evidencia a continuidade do seu peso no sector público administrativo. Entretanto, no período em análise a sua execução ficou nos 487.777 milhares de Dobras, representando 42,5% do inicialmente aprovado, o que corresponde, em termos homólogos nominais um acréscimo de 2,1%, justificados pelo atraso verificado no pagamento de salários aos novos professores dos Ensinos Básico e Secundário e também o não pagamento em tempo oportuno de gratificações adicionais ao Pessoal Técnico da Saúde, do Serviço de Protecção Civil e Bombeiros e demais serviços, afectos ao Programa de Prevenção e Combate a pandemia da COVID-19.

- Despesas com Bens e Serviços

Este agregado de despesas corresponde à aquisição de bens (duradouros e não duradouros) e serviços para o funcionamento da Administração Pública, representando cerca de 11,8% das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6). De acordo com as informações da Tabela 10, observa-se que no período compreendido de Janeiro a Junho do ano em análise, as despesas com aquisição de bens e serviços, tiveram uma taxa de execução de 47,5% do inicialmente aprovado, ascendendo aos 127.326 milhares de Dobras, o que corresponde a uma diminuição de 13,3%, face ao executado no mesmo período do ano transacto. Importa salientar que o decréscimo observado ao nível deste grupo de despesas foi impulsionado, por um lado, pela fraca arrecadação de receitas fiscais e, por outro lado, pela contenção das despesas discricionárias.

- Juros da Dívida

As despesas com juros da dívida pública tiveram uma realização de 12.446 milhares de Dobras, ficando nos 24,9% do programado, e com uma variação homóloga negativa de 56,9% face ao realizado no mesmo período do ano anterior (ver a Tabela 10), tendo uma participação de 1,2% do total das despesas correntes de funcionamento (cf. Gráfico 6).

- Subsídios e Transferências Correntes

Os subsídios são aqui entendidos como as transferências efectuadas para as empresas privadas para suportar as actividades produtivas. A ausência desse tipo de despesas por parte do Estado faz com que os registos sejam nulos.

Portanto, no que se refere às transferências correntes, estas fundamentalmente são feitas sem contrapartidas pela Administração Central, particularmente, aos Serviços e Fundos Autónomos, os Institutos Públicos, as Câmaras Distritais, à Região Autónoma do Príncipe, para as Famílias e para o Funcionamento das Embaixadas. Com a consolidação da política de concessão gradual da autonomia

administrativa e financeira aos diversos órgãos e organismos, este grupo de despesas continua a adquirir relevância no cômputo das despesas correntes (de funcionamento) realizadas, tendo correspondido a 17,1% das mesmas (cf. Gráfico 6).

Contudo, conforme a Tabela 10, observa-se que até o final do período em análise, as Transferências Correntes atingiram uma execução que ascende a 183.838 milhares de Dobras, o que corresponde a 47,4% do inicialmente aprovado e um acréscimo de 5,4% do executado no igual período do ano 2020. Contribuíram para o valor alcançado as execuções das suas diversas subcomponentes, com maior realce as transferências correntes para Serviços Autónomos, Região Autónoma do Príncipe (RAP), Institutos Públicos e por último as transferências para as Famílias, tendo registado no seu conjunto 84,3% do executado neste grupo de despesas. Em termos de variação homóloga, a maior parte das subcomponentes acima citadas tiveram a variação homóloga positiva em relação ao igual período do ano transacto, excepto as transferências correntes para Serviços Autónomos (-10,2%).

- Outras Despesas Correntes

Esse agregado de despesas para além de incluir todas as despesas que não se enquadram em nenhum dos itens mencionados anteriormente, englobam também as despesas com "Junta de Saúde para o Exterior" e "Despesas Consignadas" com recursos próprios dos sectores que as arrecadam. Dados observados através da Tabela 10, mostram que até o final de Junho de 2021, as mesmas tiveram uma execução de 126.773 milhares de Dobras, estando a 59,9% do inicialmente aprovado, representando 11,8% das despesas de funcionamento (cf. Gráfico 6). Comparativamente ao executado no período homólogo apresenta um acréscimo de 10,2%. O elevado nível de execução deve-se a performance das rubricas “Despesas Consignadas” que ficaram a 91,8% do inicialmente aprovado, seguido de “Outras, incluindo Junta Médica” com 29,6% do programado.

- Despesas Correntes do Exercício Findo

Estas são orçamentadas de modo a se pagar as despesas correntes dos anos anteriores que transitaram para o ano corrente e que devem ser pagas mediante a existência de dotação disponível para o efeito. Até final de Junho de 2021, registou-se uma execução que ascendeu a 137.399 milhares de Dobras, correspondente a 189,8% do previsto e um acréscimo de 2,4% do executado no igual período do ano antecedente. O ligeiro acréscimo verificado nesta categoria de despesas relativamente ao período homólogo, deveu-se sobretudo a continuidade do pagamento dos atrasados de consumo de Água e Energia e Comunicações dos anos anteriores.

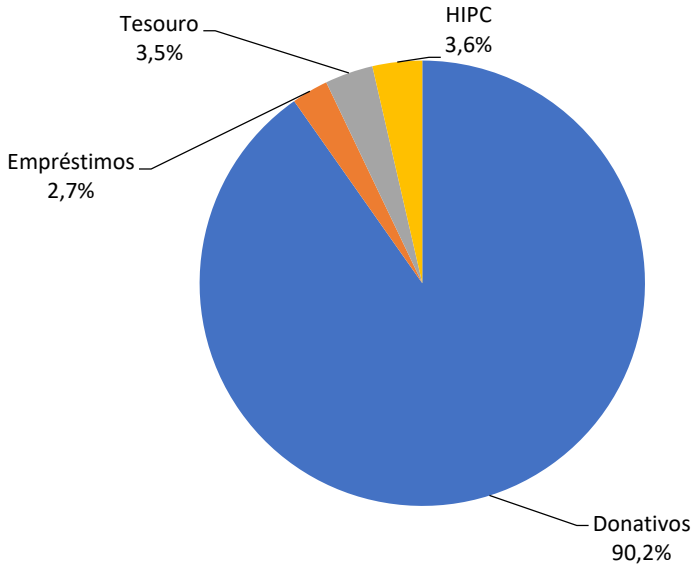
I.1.4. Despesas de Investimentos Públicos (PIP)

As despesas de investimentos públicos executadas, referem-se aos gastos de projectos efectuados com a formação bruta de Capital fixo e bens duradouros, agregando assim valor ao património do Estado e que estão dispostos por fonte de recursos internos e externos, sendo que os internos agrupam as financiadas com Recursos Próprios do Tesouro, Recursos de Privatização e Recursos oriundos da iniciativa HIPC. Os recursos externos correspondem a soma das despesas financiadas com Donativos e Créditos.

Entretanto, para o período em análise, as despesas de investimentos públicos, registaram uma execução no montante de 199.729 milhares de Dobras, (cerca de 14,7% das Despesas Totais, cf. Gráfico 5), o que corresponde a 15,0% do inicialmente aprovado e um decréscimo de 46,2% em relação ao valor registado no igual período do ano 2020.

Gráfico 7: Evolução e Estrutura das Despesas de Investimentos Públicos (PIP)

(em percentagem)



Fonte: Direcção de Contabilidade Pública – MPFEA

O baixo nível de execução bem como o decréscimo observado face ao igual período de 2020, deve-se a contida mobilização dos recursos internos (recursos próprios e HIPC) e dos recursos externos (Donativos e Créditos). No entanto, a fraca execução de donativos, pode ser justificado pelo facto de uma parte de informação de execução dos projectos financiados por este recurso e executados directamente pelos parceiros de cooperação, até ao momento não se encontra disponível para o efeito de consolidação.

– Despesas de Investimento financiadas com Recursos Internos

No âmbito das despesas de investimento público com recursos internos, correspondem aos projectos inscritos no PIP financiados com Recursos Próprios do Tesouro e com financiamento do fundo de iniciativa para países pobres e altamente endividados (HIPC). Conforme se observa na Tabela 10, as mesmas foram programadas no montante de 55.115 milhares de Dobras para o período em referência. Entretanto, até o final do período em análise registou-se uma execução de 14.177 milhares de Dobras correspondendo a 25,7% do orçamentado. Assim sendo, no cômputo geral, estas representam 7,1% do PIP executado. O nível de execução ficou aquém do esperado para o período em análise e, é justificado pela baixa execução dos seus agregados, sendo que a componente de Recursos Próprios do Tesouro atingiu 21,8% do programado, ascendendo a 6.980 milhares de Dobras (correspondente a 3,5% do PIP, conforme o Gráfico 7). Salienta-se que a componente HIPC situou-se nos 31,1% do programado, ascendendo a 7.197 milhares de Dobras (cerca de 3,6% do PIP executado, também conforme o Gráfico 7).

– Despesas de Investimento financiadas com Recursos Externos

Os projectos inscritos no PIP nesta componente, são financiados tanto com donativos como com créditos. No período compreendido de Janeiro a Junho de 2021, em análise, verifica-se uma execução que ascendeu a 185.552 milhares de Dobras, correspondendo a 14,5% do programado, o que representa cerca de 92,9% do total do PIP executado. Comparativamente ao período homólogo constata-se que o nível de execução alcançado foi inferior, registando-se um decréscimo de 48,5%. Vale ressaltar, que do montante do PIP executado 90,2% correspondem as despesas financiadas com Donativos (conforme o Gráfico 7), que registaram uma execução de 180.232 milhares de Dobras, equivalente a 15,4% do programado e um decréscimo de 34,4% do executado no mesmo período do ano transacto. Quanto aos recursos financiados com créditos, registou-se uma execução no montante de 5.320 milhares de Dobras, representando desta forma a 4,9% do valor programado para o presente ano económico e um decréscimo de 93,8% em relação ao período homólogo.

I.1.5. Despesas Financeiras (Amortização da Dívida Pública)

A razão dos compromissos assumidos, para o período em análise, observa-se através da Tabela 10, que as despesas financeiras registaram uma execução no montante de 83.391 milhares de Dobras, cerca de 45,5% do programado e menos 2,7% em termos nominais face ao executado no mesmo período do ano transacto, o que corresponde a 6,1% das despesas totais executadas, conforme apresentado no Gráfico 5.

Ao analisar a Tabela 11, verifica-se que se trata do Stock da Dívida Pública em S. Tomé e Príncipe, composta por dívidas do Governo Central (DGC) e por Passivos Contingentes (PC).

Entretanto, o Stock da dívida pública até o mês de Junho em análise, situou-se em 571,7 milhões de Dólares Americanos, dos quais 398,9 milhões de USD correspondem a dívida do Governo Central e 172,7 milhões de USD a Passivos contingentes. O montante total observado até o período em análise,

corresponde a 127,8% do PIB programado para o ano em análise, representando desta forma um acréscimo de 0,52%, equivalente a 2,95 milhões de USD, face ao valor registado até Dezembro de 2020.
Do montante do Stock da dívida apurado, 324,2 milhões de USD correspondem aos "Atrasados", e 247,4 milhões de USD aos "Sem atrasados". Observando ainda a Tabela 11, verifica-se que em termos de estrutura, 52,6% do estoque da dívida pública refere-se a dívida externa, 17,2% a dívida interna e 30,2% aos passivos contingentes.

A dívida externa, a mais proeminente no circuito da dívida pública, até o período em análise o seu Stock situou-se no valor de 300,7 milhões de USD, do qual 26,5% corresponde a dívida multilateral, equivalente a 79,7 milhões de USD e 73,5% corresponde a dívida bilateral, equivalente a 221,0 milhões de USD.
A dívida multilateral que representa a menor parte do stock da dívida externa, teve um acréscimo de 2,8 milhões de USD, em relação ao valor do Stock registado até Dezembro de 2020, devido aos novos desembolsos, sobretudo os de FMI, no âmbito do programa de iniciativa de Crédito alargado assinado com os parceiros de Bretton Woods.
A dívida bilateral com o maior peso na estrutura da dívida externa, até Junho do corrente ano, o seu Stock atingiu o valor de 221,0 milhões de USD, representando cerca de 55,4% do stock da dívida do Governo Central. Deste montante, 120 milhões de USD correspondem ao "Sem atrasados" e 101 milhões de USD correspondem ao "Atrasados". Na composição estrutural desta dívida, pode-se realçar que os principais credores são: Angola com 40,1%, Portugal – 27,7%, Nigéria - 13,6%, Itália - 11,0%, China - 4,5%, Brasil – 1,9%, Guiné Equatorial - 0,8% e Bélgica com 0,4%.

Fazendo referência a dívida pública interna que inclui a dívida com Fornecedores e Emissões de Bilhetes de Tesouro (BT's), até o primeiro semestre do ano em análise, registou-se um decréscimo em relação ao valor registado até Dezembro do ano precedente, tendo o seu Stock saído de 105,1 milhões de USD para 98,2 milhões de USD, um decréscimo de 6,5%, que corresponde a 6,8 milhões de USD, devido alguns pagamentos efectuados. Do montante em Stock, 41,1 milhões de USD correspondem ao "Sem Atrasados" e 57,1 milhões de USD correspondem ao "Atrasados".

Os Passivos Contingentes, considerados uns dos componentes da dívida pública, são registados na tabela dos Stocks, resultantes das cartas confortos (artigo 58º da Lei-quadro da dívida pública) solicitadas ao Tesouro Público pelas Instituições Públicas com autonomia administrativa e financeira e pelas Empresas Públicas com participação do Estado, como facilidade de acesso ao crédito nos bancos comerciais. Essa situação vigorou sobretudo a partir de 2014 com maior peso nos períodos de 2015 a 2018 originando assim a rubrica "PASSIVOS CONTINGENTES", na actual carteira da dívida pública, no qual são também registados outras dívidas das Instituições.

Até o período em análise, o seu Stock situou-se no valor de 172,7 milhões de USD, representando deste modo 30,2% do total de Stock da dívida pública do país.

Tabela 11: Estoque da Dívida Pública até Junho de 2021

(em milhões de Dólares)

PERÍODOS	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021- Até JUNHO	Sem atrasados	Atra-sados	Estrutura %	Variação %
DÍVIDA DO SECTOR PÚBLICO (*DSP*) = I+II+III	244,3	274,3	278,9	292,0	296,0	500,7	568,7	571,7	247,4	324,2	143,3%	0,5%
DÍVIDA DO GOVERNO CENTRAL (*DGC*) = I+II	244,3	274,3	278,9	292,0	296,0	387,6	403,0	398,9	240,8	158,1	100,0%	-29,8%
I. DÍVIDA EXTERNA (A+B)	230,6	261,6	266,7	261,4	264,0	269,9	297,9	300,7	199,7	101,0	75,4%	-47,1%
%do Total (DSP)	94,4%	95,4%	95,6%	89,5%	89,2%	53,9%	52,4%	52,6%	80,7%	31,1%		
%do Total (DGC)	94,4%	95,4%	95,6%	89,5%	89,2%	69,6%	73,9%	75,4%	82,9%	63,9%		
A. Multilateral	41,5	42,4	40,3	44,5	49,5	54,5	76,9	79,7	79,7	0,0	20,0%	-86,0%
%da Dívida Externa	18,0%	16,2%	15,1%	17,0%	18,8%	20,2%	25,8%	26,5%	39,9%	0,0%		
BAD/FAD	5,3	5,2	4,4	6,9	11,8	15,4	18,7	18,3	18,3	0,0	4,6%	-96,8%
IDA	14,0	13,8	12,3	11,9	11,8	11,6	11,5	11,4	11,4	0,0	2,8%	-98,0%
FIDA	6,9	6,7	6,4	5,8	5,4	5,0	5,2	5,2	5,2	0,0	1,3%	-99,1%
OPEP	3,3	2,8	2,4	2,0	1,7	1,4	3,5	3,5	3,5	0,0	0,9%	-99,4%
BEI	0,3	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
BADEA	7,1	9,4	10,4	12,0	12,0	11,8	12,4	12,2	12,2	0,0	3,1%	-97,9%
FMI	4,6	4,6	4,3	5,9	6,9	9,0	25,5	29,0	29,0	0,0	7,3%	-94,9%
KUWAIT FUND[4]	-	-	-	-	-	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,1%	-100,0%
B. Bilateral	189,1	219,2	226,4	216,9	214,5	215,4	221,0	221,0	120,0	101,0	55,4%	-61,1%
%da Dívida Externa	82,0%	83,8%	84,9%	83,0%	81,3%	79,8%	74,2%	73,5%	60,1%	100,0%		
Clube de París	1,1	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0	0,2%	-99,9%
ALEMANHA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
BÉLGICA	1,1	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8	0,0	0,2%	-99,9%
ESPANHA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
FRANÇA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
RUSSIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
Não Clube de París	188,0	218,4	225,6	216,0	213,6	214,6	220,2	220,2	119,2	101,0	55,2%	-61,3%
PORTUGAL	47,3	54,5	57,2	59,6	57,2	55,9	61,2	61,2	61,2	0,0	15,3%	-89,2%
ANGOLA(atrasada)	22,0	22,0	22,0	30,6	30,6	36,0	36,0	36,0	0,0	36,0	9,0%	-93,7%
ANGOLA	10,0	10,0	10,0	10,9	10,9	10,7	11,0	11,0	8,0	3,0	2,8%	-98,1%
ANGOLA(nova dívida)	17,0	31,0	35,5	40,0	40,0	41,8	41,7	41,7	40,0	1,7	10,5%	-92,7%
ARGELIA	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
CHINA POPULAR	18,8	18,4	18,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
CABO VERDE	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
JUGUSLAVIA	8,8	8,8	8,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
Div. Comercial	24,3	34,3	34,3	34,3	34,3	34,3	34,3	34,3	10,0	24,3	8,6%	-94,0%
ITALIA	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	24,3	0,0	24,3	6,1%	-95,7%
CHINA	0,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	0,0	2,5%	-98,2%
Div. Curto Prazo	39,8	39,4	39,4	40,7	40,7	35,9	36,0	36,0	0,0	36,0	9,0%	-93,7%
NIGERIA	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	30,0	0,0	30,0	7,5%	-94,7%
BRASIL	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	4,3	0,0	4,3	1,1%	-99,2%
ANGOLA(atrasada)[6]	3,4	3,4	3,4	4,8	4,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
GUINÉ EQUATORIAL	2,1	1,6	1,6	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	0,0	1,7	0,4%	-99,7%
II. DÍVIDA INTERNA (C+D)	13,7	12,7	12,2	30,6	32,0	117,7	105,1	98,2	41,1	57,1	24,6%	-82,7%
% do Total (DSP)	5,6%	4,6%	4,4%	10,5%	10,8%	23,5%	18,5%	17,2%	16,6%	17,6%		
% do Total (DGC)	5,6%	4,6%	4,4%	10,5%	10,8%	30,4%	26,1%	24,6%	17,1%	36,1%		
C. Dívida c/ Fornecedores + Atrasados Int	13,7	12,7	12,2	13,6	12,5	88,3	78,9	70,3	13,2	57,1	17,6%	-87,6%
%da Dívida Interna	100,0%	100,0%	100,0%	44,4%	39,1%	75,0%	75,1%	71,6%	32,1%	100,0%		
Dívida com Fornecedores	13,7	12,7	12,2	13,6	12,5	13,1	13,4	13,2	13,2	0,0	3,3%	-97,7%
MSF	5,4	4,9	4,7	5,1	4,8	4,7	4,7	4,7	4,7	0,0	1,2%	-99,2%
HIDROELECTRICA	2,5	2,3	2,2	2,5	2,4	2,3	2,3	2,3	2,3	0,0	0,6%	-99,6%
SYNERGIES	4,5	4,5	4,4	5,0	4,3	4,6	4,6	4,6	4,6	0,0	1,2%	-99,2%
OUTROS	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
ATRAS. INTERNOS	1,0	0,8	0,7	0,8	0,8	1,5	1,7	1,6	1,6	0,0	0,4%	-99,7%
Novos Atrasados Internos[5]						75,2	65,5	57,1	0,0	57,1	14,3%	-90,0%
ESTADO/EMAE	-	-	-	-	-	5,0	3,5	0,3	0,0	0,3	0,1%	-99,9%
ESTADO/CST	-	-	-	-	-	6,6	6,1	5,6	0,0	5,6	1,4%	-99,0%
ESTADO/EMPRESAS	-	-	-	-	-	10,2	7,0	7,0	0,0	7,0	1,7%	-98,8%
OUTROS	-	-	-	-	-	11,8	10,8	10,7	0,0	10,7	2,7%	-98,1%
ENCARGOS SALARIAIS	-	-	-	-	-	6,1	4,6	6,4	0,0	6,4	1,6%	-98,9%
DIFERENCIAL de preço Combustível	-	-	-	-	-	34,1	31,8	26,4	0,0	26,4	6,6%	-95,4%
Edificio de S.Tribunal de Justiça	-	-	-	-	-	0,6	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
Edificio do Tribunal de Contas	-	-	-	-	-	0,8	0,8	0,8	0,0	0,8	0,2%	-99,9%
D. Títulos de TESOURO	0,0	0,0	0,0	17,0	19,5	29,4	26,2	27,9	27,9	0,0	7,0%	-95,1%
%da Dívida Interna	0,0%	0,0%	0,0%	55,6%	60,9%	25,0%	24,9%	28,4%	67,9%	0,0%		
TESOURO - Bilhetes de Tesouro (BT´s) de 1	0,0	0,0	0,0	17,0	19,5	29,4	26,2	27,9	27,9	0,0	7,0%	-95,1%
Afriland First Bank	-	-	-	0,8	0,3	0,0	0,2	1,6	1,6	0,0	0,4%	-99,7%
BISTP	-	-	-	10,5	13,7	25,5	18,7	18,0	18,0	0,0	4,5%	-96,8%
BGFI	-	-	-	2,9	3,2	1,4	0,9	2,1	2,1	0,0	0,5%	-99,6%
Ecobank STP	-	-	-	2,8	2,3	1,6	5,7	5,3	5,3	0,0	1,3%	-99,1%
Encargos com a emissão dos BT´s	-	-	-	-	-	0,9	0,7	0,9	0,9	0,0	0,2%	-99,9%
TESOURO - Obrigações (OT´s)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Obrigações (Prazo)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
III. PASSIVOS CONTINGENTES (E+F)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	113,1	165,7	172,7	6,6	166,1	43,3%	-69,6%
%do Total (DSP)	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	22,6%	29,1%	30,2%	2,7%	51,2%		
E. Total das Estatais (SOE)						113,1	165,7	172,7	6,6	166,1	43,3%	-69,6%
%dos Passivos Contigentes	-	-	-	-	-	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
Dívida das Empresas Estatais Garantidas (ca	-	-	-	-	-	10,4	7,7	6,6	6,6	0,0	1,6%	-98,8%
%dos Passivos Contigentes						9,2%	4,6%	3,8%	100,0%	0,0%		
SMF - *Carta de Conforto*	-	-	-	-	-	3,1	1,6	0,8	0,8	0,0	0,2%	-99,9%
ENAPORT - *Carta de Conforto*	-	-	-	-	-	2,1	2,0	1,9	1,9	0,0	0,5%	-99,7%
EMAE - *Carta de Conforto*	-	-	-	-	-	3,1	2,1	1,9	1,9	0,0	0,5%	-99,7%
AGER - *Carta de Conforto*	-	-	-	-	-	2,2	2,0	1,9	1,9	0,0	0,5%	-99,7%
Dívida das Empresas Estatais Não-Garantidas						102,7	158,0	166,1	0,0	166,1	41,6%	-70,8%
%dos Passivos Contigentes						90,8%	95,4%	96,2%	0,0%	100,0%		
EMAE /ENCO	-	-	-	-	-	99,5	120,1	127,5	0,0	127,5	32,0%	-77,6%
EMAE /HIDROEQUADOR	-	-	-	-	-	3,2	3,2	3,1	0,0	3,1	0,8%	-99,5%
ESTADO/ENCO/SONANGOL a)	-	-	-	-	-	-	34,7	35,5	0,0	35,5	8,9%	-93,7%
F.Outras Empresas Garantidas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0%	-100,0%
%dos Passivos Contigentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Fonte: GDP/DT- MPFEA

I.1.6. Principais Saldos Orçamentais

I.1.6.1. Saldo Corrente

Este saldo obtém-se através da diferença entre as Receitas Correntes e as Despesas de Funcionamento. Em conformidade com o apresentado na Tabela 12, verifica-se que no período em análise registou-se um saldo corrente base compromisso negativo de 287.764 milhares de Dobras, contra o deficit de 359.028 milhares de Dobras, apurado no mesmo período do ano 2020, o que corresponde a uma diferença de 71.264,0 milhares de Dobras. É de referir que apesar da continuidade do deficit registou-se uma ligeira melhoria quanto ao período homólogo. Desta forma conclui-se que as receitas correntes foram insuficientes para cobrir as despesas de funcionamento, fruto de baixa arrecadação das receitas.

Tabela 12: Principais Saldos Orçamentais até Junho de 2021

(em milhares de Dobras)

Saldos	Real 2019	OGE - RET 2020	Jan - Jun. 2020	OGE 2021	Jan - Jun. 2021	% Exec.	% V.H.	% PIB
Saldo Corrente	- 274 473	- 576 679	- 359 028	- 426 251	- 287 764	67,5	-19,8	-3,0
Saldo Corr. excl. receitas petróleo	- 344 280	- 581 778	- 383 544	- 428 189	- 347 556	81,2	-9,4	-3,6
Saldo Primário Doméstico	- 169 869	- 561 914	- 231 688	- 379 719	- 211 888	55,8	-8,5	-2,2
Saldo Global	- 222 034	- 441 568	- 337 418	- 319 812	- 586 220	183,3	73,7	-6,1

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

I.1.6.2. Saldo Primário

O Saldo primário, por seu turno, é o principal indicador de gestão das finanças públicas. Representa a diferença entre as receitas correntes (excluindo rendimentos provenientes de petróleo) e despesas primárias. Este saldo diz-nos em que medida as receitas internas arrecadadas pelo Estado são suficientes para cobrir as despesas primárias num determinado período, ou seja, verifica se o Estado sobrevive com o que arrecada. Deste modo, a execução orçamental que cobre o período de Janeiro a Junho de 2021, registou um saldo primário base compromisso deficitário de 211.888 milhares de Dobras, contra 231.688 milhares de Dobras, também deficitário, registado em igual período de 2020 (cf. Tabela 12). Este nível de défice equivale a 2,2% do PIB estimado para o ano. É importante relembrar que a meta do saldo primário inicialmente acordado com os parceiros de Bretton Woods para o presente exercício económico de 2021 é de 3,9% do PIB.

I.1.6.3. Saldo Global

O saldo global representa a diferença entre as Receitas Efectivas e Despesas Totais, depois de deduzidas as variações dos atrasados num determinado período. Conforme as informações apresentadas através da Tabela 12, apurou-se no período compreendido de Janeiro a Junho de 2021, um saldo global, base caixa negativo de 586.220 milhares de Dobras, contra os 337.418 milhares de Dobras, também negativo, registado no igual período de 2020.

I.1.7. Financiamento do Défice Global

I.1.7.1. Financiamento Interno

Até o final do primeiro semestre de 2021, apurou-se um saldo global, base caixa de -586.220 milhares de Dobras, que corresponde a uma execução de 183,3% do valor programado para o ano, e uma variação homóloga positiva de 73,7%, do que foi mobilizado no mesmo período do ano transacto. Este resultado do deficit global registado, deve-se ao baixo nível de arrecadação das receitas e consequente pressão do lado das despesas, bem como outros compromissos assumidos, permitiram que se utilizasse o valor de 67.925 milhares de Dobras provenientes da CNP (20% do saldo anual da NOA OFFSHORE) e também 26.803 milhares de dobras do fundo HIPC.

É importante mencionar que durante o período em análise emitiu-se Bilhete de Tesouro (BT), como uma das fontes de financiamento interno, cobrindo os deficits de tesouraria, cujo objectivo foi a regularização dos BT'S emitidos em 2020 e que iam vencer durante o período em análise. Assim sendo, foram desembolsados 331.500 milhares de dobras e amortizados 290.000 milhares de Dobras, tendo obtido um saldo favorável de 21.500 milhares de Dobras que provavelmente serviu como uma das fontes de financiamento do défice global.

Tabela 13: Resumo do Financiamento do Défice Global

(em milhares de Dobras)

Itens	Real 2019	OGE - RET 2020	Jan - Jun. 2020	OGE 2021	Jan - Jun. 2021	% Exec.	% V.H.	% PIB
FINANCIAMENTO	222 034	441 568	341 291	319 812	586 220	183,3	71,8	6,1
Financiamento Interno *dos quais*	88 500	85 546	84 048	88 500	68 193	77,1	-18,9	0,7
Receitas de Alienação	2 507	1 500	2	2 507	268	10,7	11092,2	0,0
Transferências CNP	85 993	84 046	84 046	85 993	67 925	79,0	-19,2	0,7
Financiamento Externo *dos quais*	142 290	356 022	365 004	231 312	62 898	27,2	-82,8	0,7
Desembolsos para Projectos	142 290	356 022	365 004	231 312	62 898	27,2	-82,8	0,7
Mov. Contas do Tesouro	- 215 766	-	8 260	-	226 208	…	2638,6	2,4
Rec. e Desp. de Serviços nos Bancos	- 18 693	-	3 873	-	4 630	…	19,5	0,0
BCSTP Líquido	218 953	-	- 23 000	-	21 500	…	-193,5	0,2
Contas de Regularização	-	-	-	-	-	…	…	0,0
NOA OFFSHORE	- 69 807	-	- 22 640	-	- 6 167	…	-72,8	-0,1
Discrepância Financeira (Saldo a tr	57 864	-	- 74 255	-	208 957	…	-381,4	2,2

Fonte: TOFE - DCP/DT-MPFEA

I.1.7.2. Financiamento Externo

O financiamento externo é composto por Donativos e Créditos. No decorrer dos primeiros seis meses de 2021, como Financiamento Externo, contou-se com Donativo da Agência Marroquina de Cooperação e o Donativo do Governo Japonês nos valores de 17.236 milhares de Dobras e 31.165 milhares de Dobras, respectivamente, perfazendo deste modo 48.401 milhares de Dobras, representando desta forma 4,1% do programado para o ano e um decréscimo de 22,7% em relação ao igual período de 2020.

Do lado de Crédito, registou-se o total de 62.898 milhares de Dobras, sendo o montante de 5.320 milhares de Dobras desembolsado pelo BAD/FAD, para financiar projectos ligados a melhoria das infraestruturas Agrícolas do PRIASA II e, o montante de 57.578 milhares de Dobras desembolsados pelo FMI no âmbito da iniciativa de crédito alargado. O valor total registado representa 27,2% do programado para o ano e um decréscimo de 82,8% em relação ao registado no período homólogo do ano precedente.

PARTE II: ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

II.1. Análise da Execução Orçamental

II.1.1. Por Classificação Orgânica

Os efeitos da execução orçamental das despesas por classificação orgânica até o primeiro semestre de 2021, conforme apresentado na Tabela 14, reflectem um nível de execução alto do programado para o período em análise, sendo os órgãos mais proeminentes, o Ministério da Justiça, Administração Pública e Direitos Humanos (MJAPDH), com 66,9% da dotação final, correspondente a 51.340 milhares de Dobras, a seguir o Encargos Gerais de Estado (EGE), com 52,8% da dotação final, correspondente a 324.984 milhares de Dobras, e por último, o Ministério da Defesa e Ordem Interna (MDOI), com 52,1% da dotação final, correspondente a 158.072 milhares de Dobras.

Tabela 14 Execução por Classificação Orgânica

(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
A N	125 050	125 050	30 016	30 016	30 016	24,0	2,2
TC	32 018	32 018	7 127	7 127	7 127	22,3	0,5
TCO	15 015	15 015	3 972	3 972	3 972	26,5	0,3
TJ	38 778	38 778	15 106	15 106	15 106	39,0	1,1
PR	15 860	15 860	7 437	7 435	7 435	46,9	0,5
GPM	75 330	75 380	19 743	19 352	17 977	25,7	1,4
PGR	29 823	29 823	8 320	8 320	7 956	27,9	0,6
MDOI	303 008	303 133	158 072	158 072	149 979	52,1	11,6
MNEC	125 279	125 930	43 097	42 208	41 720	33,5	3,1
MJAPDH	76 797	76 797	51 340	51 340	50 047	66,9	3,8
MTSFFP	52 823	52 773	8 303	8 303	7 274	15,7	0,6
MPFEA	217 105	217 940	61 434	60 335	56 017	27,7	4,4
MTCCI	38 964	39 022	9 839	9 835	8 457	25,2	0,7
MEES	602 091	602 091	233 105	232 696	226 898	38,6	17,1
MOPIRNA	50 692	50 883	20 398	20 375	20 304	40,0	1,5
MAPRED	411 304	411 304	84 901	84 811	82 807	20,6	6,2
MS	410 644	410 694	164 286	164 286	158 706	40,0	12,1
MJDE	55 698	55 748	4 176	4 176	3 804	7,5	0,3
MAPDR	140 727	141 067	23 988	23 988	22 257	17,0	1,8
GRP	123 015	130 104	49 030	49 030	49 030	37,7	3,6
CDAG	24 123	24 123	8 993	8 993	8 993	37,3	0,7
CDCG	11 825	13 025	3 994	3 994	3 994	30,7	0,3
CDCAUE	10 875	10 875	3 083	3 083	3 083	28,4	0,2
CDLMB	12 433	12 433	4 138	4 138	4 138	33,3	0,3
CDLOBTA	21 720	21 720	7 441	7 441	7 441	34,3	0,5
MDMZ	18 911	18 911	5 263	5 263	5 263	27,8	0,4
EGE	615 215	614 974	325 012	324 984	285 926	52,8	23,9
Total Geral	**3 655 123**	**3 665 469**	**1 361 616**	**1 358 679**	**1 285 727**	**37,1**	**100,0**

Fonte: DCP-MPFEA

Entretanto, para o baixo nível de execução apresentado, este deve-se por um lado, a contida mobilização de recursos externos, tanto na sua vertente de donativo como de crédito, para implementação das acções inscritas no programa de investimentos público, e por outro, pela inoportunidade na disponibilização das informações de execução dos projectos financiados e executados directamente pelos parceiros de desenvolvimento, que normalmente só é verificada a sua chegada no final do ano.

Assim sendo, na estrutura das despesas totais (1.358.679 milhares de Dobras), verifica-se que 64,7% do executado encontra-se concentrado em quatro órgãos, nomeadamente:

- O EGE com 23,9%, onde se destaca a execução das acções "2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades", "5370 - Evacuação dos Doentes da RAP", "6043 – Regularização das despesas atrasadas de serviço de comunicação", "6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível", "6607 – Prevenção ao Covid 19" e "2456 – Amortização da Divida Pública";
- O MEES (17,1%), devido a execução das acções "1001 - Despesa com Pessoal", "1109 - Despesas com Festejo de 1.º de Junho", "2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade", "6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia", "6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação" e "3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas";
- No MS com 12,1%, devido a execução das acções "1001 - Despesa com Pessoal", "2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade", "3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas", "1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde" e "2478 – Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário" e por último;
- MDOI com 11,6%, devido a execução das actividades "1001 - Despesa com Pessoal", "1049 - Inspecção Militar e Escola de Recrutas", "2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade", "3376 – Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas" e "5077 – Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas) ".

II.1.2. Por Classificação Funcional

Neste ponto da análise da execução das despesas por classificação funcional, referente ao primeiro semestre de 2021, conforme apresentado na Tabela 15, observa-se que do conjunto das funções apresentadas, destaca-se alta ocorrência das execuções em funções como: Serviços Públicos Gerais que ascendeu a 521.779 milhares de Dobras, o que corresponde a 43,0% da dotação corrigida, na função Educação, a execução foi de 233.576 milhares de Dobras, o que corresponde a 38,5% da sua dotação final, na área da Saúde, com o montante de execução de 168.580 milhares de Dobras, o que corresponde a 40,4% da sua dotação final, Defesa Nacional com nível de realização de 50,5% da dotação corrigida, ascendendo a 138.128 milhares de Dobras, para o Encargos Financeiros o montante ascendeu a 126.029 milhares de Dobras, correspondendo a 43,5% da dotação corrigida, Transportes e Comunicações, com um nível de realização de 25,2% da dotação corrigida, correspondendo a 60.024 milhares de Dobras, na Segurança e Assistência Social com o nível de execução de 29,6% da dotação corrigida, ascendendo a 46.198 milhares de Dobras, função Agricultura e Pesca que ascendeu a 21.621 milhares de Dobras,

correspondendo a 15,9% da dotação corrigida, Combustíveis e Energia com um nível de execução de 18,7% da dotação corrigida, equivalendo a 13.327 milhares de Dobras, Habitação e Serviços Comunitários que ascendeu a 10.691 milhares de Dobras, correspondendo a 10,9% da dotação corrigida, e finalmente a função Trabalho com montante executado de 2.365 milhares de Dobras, o correspondente ao nível de realização de 165,6% da dotação corrigida. Ainda a respeito da execução das despesas por classificação funcional é de salientar que um número não muito considerável das funções apresentou um nível de execução baixo, em relação as respectivas dotações corrigidas, destacando-se Ambiente (2,4%), Cultura e Desporto (8,6%), Comércio e Serviços (12,0%), e por último, a Segurança Interna e Ordem Pública (21,1%). Também aproveita – se para realçar que na função Outros Serviços Económicos foi apresentado dotação da despesa, mas contudo não houve realização dessas mesmas despesas para o semestre em causa.

Tabela 15: Execução por Classificação Funcional

(em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
Serviços Públicos Gerais	1 177 421	1 213 531	524 150	521 779	461 398	43,0	38,4
Defesa Nacional	273 154	273 279	138 128	138 128	138 128	50,5	10,2
Segurança Interna e Ordem Pública	36 312	36 481	7 693	7 693	7 692	21,1	0,6
Educação	606 173	606 232	233 986	233 576	227 779	38,5	17,2
Saúde	417 627	417 739	168 580	168 580	163 000	40,4	12,4
Segurança e Assistencia Social	160 766	155 766	46 198	46 063	45 667	29,6	3,4
Habitação e Serviços Comunitários	103 223	98 223	10 701	10 691	10 691	10,9	0,8
Cultura e Desporto	63 341	63 332	5 434	5 434	5 062	8,6	0,4
Combustíveis e Energia	64 318	71 406	13 336	13 327	13 327	18,7	1,0
Agricultura e Pesca	135 556	135 896	21 621	21 621	21 621	15,9	1,6
Indústria e Mineração		-	-	-	-	-	-
Transportes e Comunicações	243 458	238 458	60 024	60 024	59 600	25,2	4,4
Comércio e Serviços	25 284	25 341	3 050	3 050	3 050	12,0	0,2
Trabalho	1 428	1 428	2 365	2 365	2 365	165,6	0,2
Ambiente	13 213	13 213	320	320	320	2,4	0,0
Outros Serviços Económicos	25 500	25 500	-	-	-		
Encargos Financeiros	308 351	289 645	126 029	126 029	126 029	43,5	9,3
Total Geral	**3 655 123**	**3 665 469**	**1 361 616**	**1 358 679**	**1 285 727**	**37,1**	**100,0**

Fonte: DCP-MPFEA

Dando atenção a estrutura das despesas totais, observa-se maior concentração das despesas nos Serviços Públicos Gerais (38,4%) devido sobretudo a execução das acções como ”1001 – Despesas com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “2307 - Complemento p/ manutenção e Funcionamento das Unidades”, “2402 – Transferência Corrente para Região Autónoma de Príncipe - RAP”, “2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional”, “3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais”, “6043 – Regularização das despesas atrasadas de serviços de telecomunicações”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas”, “2069 - Actualização dos Cadernos Eleitorais e Realização de Eleições”, “2200 – Apoio Institucional ao M.N.E.C.C”, “2459 - Requalificação de troços de estradas” e “5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas)”.

Na Educação (17,2%) foi principalmente pela execução das acções “1001 - Despesa com Pessoal", “1109 - Despesas com Festejo de 1.º de Junho”, “2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade”, “6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação” e “3376 - Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”. Na função Saúde (12,4%) pela execução, sobretudo das acções “1001 - Despesa com Pessoal”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade”, “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP”, “3376 - Despesas ao abrigo das Despesas Consignadas”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde” e “2478 – Aquisição de reagentes e consumíveis para sistema sanitário”.

Na Defesa Nacional (10,2%) pela execução, principalmente das acções “1001 - Despesa com Pessoal", “1049 - Inspecção Militar e Escola de Recrutas”, “2000 – Funcionamento e manutenção da Unidade” e “3376 – Despesas ao abrigo das receitas consignadas”, e por último, o Encargos Financeiros (9,3%) pela execução das acções “1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE”, “2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande”, “2410 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lobata”, “2412 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Lembá”, “2424 - Pagamento da Dívida Pública”, “2456 - Amortização da Dívida Pública” e “6558 - Obra de Requalificação do Parque Popular da Cidade da Trindade”.

II.1.3. Por Localização Geográfica

No cômputo da análise da execução das despesas, segundo a localização geográfica (ver Tabela 16), observa-se que, quatro (4) localizações apresentaram taxa de execução moderado como é o caso de Nacional com 40,4% da dotação corrigida, ascendendo a 1.244.350 milhares de Dobras; seguido do Príncipe, cujo nível de execução ficou a 35,4% da dotação corrigida, ascendendo a 50.626 milhares de Dobras; depois Lobata com montante executado de 18.459 milhares de Dobras, o que corresponde a 25,3% da sua dotação final, e por último, a localização Lembá, em que o montante executado foi de 4.180 milhares de Dobras, o que representa 24,9% da sua dotação final. As demais localizações apresentaram nível de execução mais baixo, tendo na linha a localização Mé - Zochi com uma taxa de execução de 17,8% da dotação corrigida, o correspondente ao montante de 13.399 milhares de Dobras, Água – Grande com montante de 17.269 milhares de Dobras, o equivalente a uma taxa de execução de 14,3% da dotação corrigida, em seguida Cantagalo, cujo montante executado ascendeu a 6.936 milhares de Dobras, correspondente a 12,9% da dotação corrigida; depois a localização Caué em que o montante executado foi de 3.238 milhares de Dobras, o que representa 12,5% da sua dotação corrigida, e finalmente, São Tomé onde a execução foi de apenas 222 milhares de Dobras, o equivalente a 0,3% da sua dotação corrigida.

Tabela 16: Execução por Localização Geográfica

(em milhares de Dobras)

Localização Geográfica	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
Nacional	3 064 476	3 081 197	1 247 286	1 244 350	1 171 398	40,4	91,6
São Tomé	80 528	75 528	222	222	222	0,3	0,0
Principe	135 693	142 844	50 626	50 626	50 626	35,4	3,7
Agua Grande	132 818	121 171	17 269	17 269	17 269	14,3	1,3
Me-Zochi	76 533	75 233	13 399	13 399	13 399	17,8	1,0
Cantagalo	52 525	53 725	6 936	6 936	6 936	12,9	0,5
Lembá	16 813	16 813	4 180	4 180	4 180	24,9	0,3
Lobata	69 849	73 071	18 459	18 459	18 459	25,3	1,4
Caué	25 887	25 887	3 238	3 238	3 238	12,5	0,2
Total Geral	**3 655 123**	**3 665 469**	**1 361 616**	**1 358 679**	**1 285 727**	**37,1**	**100,0**

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura do total executado, tendo em consideração o critério da regionalização das despesas (cf. Tabela 16), constata-se que 99,0% das despesas encontram-se concentradas no conjunto formado por Nacional, Príncipe, Lobata, Água – Grande e Mé – Zochi.

Entretanto, a localização Nacional por si só representa 91,6% do total das despesas executadas, tendo contribuído para o efeito a execução das acções "1001 - Despesa com Pessoal", "1049 - Inspecção Militar e Escola de Recrutas", "1109 - Despesas com Festejo de 1.º de Junho", "2000 - Funcionamento e manutenção da Unidade", "2307 – Complemento para manutenção e funcionamento das Unidades", "2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional", "2424 – Pagamento da Divida Pública", "2887 - Transferência para Funcionamento do Instituto de Inovação e Conhecimento", "3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais", "5794 - Transferência de Verba para Fundo Rodoviário", "6043 – Regularização das despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicações", "6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível", "6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia", "6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação", "6607 – Prevenção ao Covid 19", "3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas", "2456 – Amortização da Divida Pública", "1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde", "2069 - Actualização dos Cadernos Eleitorais e Realização de Eleições", "2200 – Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.", "2478 – Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário", "2799 – Requalificação do Troço de Estrada EN1", "5077 - Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas) ", "5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe", "6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP", "6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais)", "6632 - Mês da Cultura" e "5811 - Plano Nacional de Ordenamento de Território".

Ao nível estrutural a localização Príncipe, representa 3,7% das despesas executadas, devido a execução das acções "2402 - Transferência corrente para RAP", "5370 - Evacuação dos Doentes da RAP", "2480 - Aquisição de Meios Rolantes" e "6805 – Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha". Relativamente a localização Lobata, a execução corresponde a 1,4% do total executado, onde a contribuição observada deveu fundamentalmente pela execução das acções "2410 - Transferência Corrente para Câmara Distrital de Lobata", "5607 – Construção de Jardim de Infância em

Changra", "6462 -Ampliação da Escola Secundária em Diogo Simão", "6602 – Requalificação da EN1/Praia da Conchas" e "3376 – Despesas ao abrigo das receitas Consignadas".

Quanto ao nível de Água – Grande a execução corresponde a 1,3% do total, onde a contribuição observada deveu-se fundamentalmente pela execução das acções "2404 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Água Grande", "5512 - Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais" e "5983 - Construção de Estrada que Liga Ôque-del-Rei/Boa Morte". E por último Mé – Zochi, a execução corresponde a 1,0% do total, onde a contribuição deveu-se principalmente pela execução das acções "2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi", "2793 - Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro", "5978 - Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel" e "6558 - Obra de Requalificação do Parque Popular da Cidade da Trindade".

II.1.4. Por Fonte de Recursos

No que tange à análise da execução das despesas por fonte de recursos, conforme apresentado na Tabela 17, observa-se que as despesas financiadas com recursos internos situaram-se em 49,4% da dotação corrigida, ascendendo aos 1.173.127 milhares de Dobras, sendo que a componente Recursos Ordinários do Tesouro apresentou um desempenho moderado para o período em análise, com uma realização de 47,9%, face a sua dotação corrigida, tendo o valor executado atingido a 1.073.764 milhares de Dobras, a seguir a componente consignados, com uma realização de 92.166 milhares de Dobras (84,2% da dotação corrigida) e por último a componente HIPC com uma execução de 7.197 milhares de Dobras, representando deste modo 31,1% da dotação final.

Relativamente às despesas efectuadas com recursos externos, dispuseram em 14,4% da dotação corrigida, ascendendo aos 185.552 milhares de Dobras, sendo que a componente Donativo teve uma realização de 15,2% relativamente a dotação corrigida, elevando-se ao montante de 180.232 milhares de Dobras, fruto de uma baixa realização das acções inscritas na referida componente desta fonte de recurso e na componente Empréstimo, durante o período em curso o foi verificado realização no valor de 5.320 milhares de dobras, tendo representado 5,1% da dotação corrigida.

Tabela 17: Execução por Fonte de Recursos

(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
Financiamento Interno	**2 374 818**	**2 376 225**	**1 176 044**	**1 173 127**	**1 100 175**	**49,4**	**86,3**
Tesouro	2 243 548	2 243 598	1 076 681	1 073 764	1 000 813	47,9	79,0
Consignados	108 118	109 475	92 166	92 166	92 166	84,2	6,8
HIPC	23 152	23 152	7 197	7 197	7 197	31,1	0,5
Financiamento Externo	**1 280 305**	**1 289 245**	**185 572**	**185 552**	**185 552**	**14,4**	**13,7**
Donativo	1 170 946	1 185 606	180 252	180 232	180 232	15,2	13,3
Empréstimo	109 359	103 639	5 320	5 320	5 320	5,1	0,4
Total Geral	**3 655 123**	**3 665 469**	**1 361 616**	**1 358 679**	**1 285 727**	**37,1**	**100,0**

Fonte: DCP-MPFEA

Observando ainda a Tabela 17, verifica-se que 86,3% das despesas executadas foram financiadas com recursos internos, sendo na sua maioria os recursos do Tesouro com 79,0% de contribuição, destacando-se a execução das acções "1001 – Despesas com Pessoal", "1049 - Inspecção Militar e Escola de Recrutas", "1109 - Despesas com Festejo de 1.º de Junho", "1113 - Transferência Corrente para Funcionamento do INE", "2000 – Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2307 - Complemento p/ Manutenção e Funcionamento das Unidades", "2402 - Transferência Corrente para a Região Autónoma de Príncipe - RAP", "2406 - Transferência Corrente p/ Câmara Distrital de Mé-Zochi", "2410 - Transferência Corrente para Câmara Distrital de Lobata", "2417 - Transferência Corrente para Assembleia Nacional", "2424 - Pagamento da Dívida Pública", "3178 - Transferência para Funcionamento dos Tribunais", "5370 - Evacuação dos Doentes da RAP", "5794 - Transferência de Verba para Fundo Rodoviário", "6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação", "6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível", "6587 – Funcionamento da Faculdade de Ciência e Tecnologia", "6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação", "6607 - Prevenção ao COVID 19", "2456 - Amortização da Dívida Pública", "4993 - Subsídio para Comemoração de 3 de Fevereiro", "6354 - Melhoria das Instalações do MFCEA" e "6632 - Mês da Cultura".

Quanto a análise das despesas financiadas com recursos externos, dos 13,7% das despesas executadas com esses recursos, verifica - se que a componente Donativo abarcou o total das despesas a nível de estrutura com uma disposição de 13,3% das despesas executadas, com destaque para a execução das acções "1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde", "2069 - Actualização dos Cadernos Eleitorais e Realização de Eleições", "2200 - Apoio Institucional ao M.N.E.C.C.", "2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário", "2793 - Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro", "2799 - Requalificação do Troço de Estrada EN1", "5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe", "6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP", "6558 - Obra de Requalificação do Parque Popular da Cidade da Trindade", "6602 – Requalificação da EN1/Praia da Conchas" e "6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha".

II.1.5. Por Tipologia de Despesas

A análise da execução das despesas por tipologia no primeiro semestre de 2021, conforme a Tabela 18, mostra que as tipologias de despesas Actividades e Consignadas (correspondem as despesas de funcionamento) tiveram uma taxa de execução da dotação corrigida de cerca de 48,0% e 90,5% (o correspondeste a 985.935 milhares de Dobras e 92.205 milhares de Dobras), sendo por parte das consignadas, justificada pela incorporação de despesas de diversos serviços da Administração Central do Estado que se encontram nos Bancos Comerciais, como anteriormente mencionado na Apreciação Global. Entretanto, a tipologia da despesa Operações Especiais (relativas a Amortização da Dívida Pública, ou seja, correspondem as despesas financeiras que constam no TOFE), teve execução moderada para o período em análise, face à respectiva dotação corrigida, de respectivamente 49,2%.

De mencionar, que a realização na tipologia de Projectos, cuja execução representam exclusivamente as despesas de índole corrente de natureza contínua, consta uma execução muito mais modesta, atingindo 199.729 milhares de Dobras, o que representa 14,9% da dotação corrigida que reflectem as despesas relativamente com: Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde, com 32.377 milhares de Dobras, Actualização dos Cadernos Eleitorais e Realização de Eleições, com 19.106 milhares de Dobras, Apoio Institucional ao M.N.E.C.C., com 12.044 milhares de Dobras, Transferência para Agência Nacional do Petróleo, com 3.238 milhares de Dobras, Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário, com 13.355 milhares de Dobras, Reabilitação do Troço de Estrada Trindade/Cruzeiro, com 4.455 milhares de Dobras, Requalificação do Troço de Estrada EN1, com 5.264 milhares de Dobras, Construção de Jardim de Infância em Changra, com 1.000 milhares de Dobras, Manutenção, Limpeza e Saneamento de Canais, com 2.859 milhares de Dobras, GIME - Manutenção Corrente de Estradas, com 4.423 milhares de Dobras, Aquisição de Fardamentos e Botas (Forças Armadas), com 3.177 milhares de Dobras, Construção de Estrada Palha / Margarida Manuel, com 2.589 milhares de Dobras, Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP, com 9.307 milhares de Dobras, Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe, com 23.245 milhares de Dobras, Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha, com 7.089 milhares de Dobras.

Tabela 18: Execução por Tipologia Despesas

(em milhares de Dobras)

Tipologia da Despesa	Inicial	Corrigida	Cabimentada	Liquidada	Paga	% Estr.	% Estr
Actividades	2 036 116	2 054 822	988 743	985 935	912 983	48,0	72,6
Consignadas	100 493	101 900	92 205	92 205	92 204	90,5	6,8
Operações Especiais	183 094	164 388	80 811	80 811	80 811	49,2	5,9
Projectos	1 335 420	1 344 360	199 857	199 729	199 729	14,9	14,7
Total Geral	**3 655 123**	**3 665 469**	**1 361 616**	**1 358 679**	**1 285 727**	**37,1**	**100,0**

Fonte: DCP-MPFEA

Em termos de estrutura das despesas totais (1.358.679 milhares de Dobras), o destaque recai na tipologia de despesa Actividades que representa por si só 72,6% do total executado no ano em apreço e em seguida a tipologia Projectos com uma contribuição cifrada em 14,7% do total executado no mesmo período do ano.

II.2. Alterações Orçamentais

Na elaboração do presente tema foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 5 do artigo 17.º da Lei n.º 5/2021, de 11 de Fevereiro (Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o ano 2021), que obriga o Governo a prestar trimestralmente a Assembleia Nacional, as informações relativas as alterações orçamentais ocorridas ao longo da execução orçamental, bem como as suas respectivas justificações. Assim, apresenta-se a análise das alterações orçamentais segundo as classificações: orgânica, funcional, por localização geográfica, por fontes de recursos e por tipologia de despesas. Por conseguinte, a Lei n.º 5/2021, de 11 de Fevereiro, no seu artigo n.º 17 coadjuvado com o artigo n.º 35 da Lei n.º 3/2007, de 12 de Fevereiro estabelece o perímetro das alterações orçamentais para o ano 2021. Para além desses articulados, o n.º 1 do artigo 10.º da Lei que aprova o Orçamento do Estado para presente ano concede ao Governo, através do MPFEA, a prerrogativa de quando necessário, tomar medidas necessárias à rigorosa contenção de despesas públicas e ao controlo da sua eficiência e eficácia, de modo a atingir o saldo primário previsto.

É desta forma que atendendo o ritmo de arrecadação de receitas observado ter permanecido aquém do esperado, levando a revisão em baixa das estimativas de receitas para 2021, foram tomadas medidas de contenção das despesas de modo a permitir o cumprimento do saldo primário previsto, evitando a deterioração dos indicadores macroeconómicos, reflectidos no programa apoiado pelo FMI. Assim, através do Despacho n.º 24/2018, de 13 de Abril, do Gabinete do MPFEA determinou-se que (i) as dotações orçamentais destinadas às aquisições de bens e serviços são bloqueadas em 30,0% e, restringido as despesas somente ao nível dos consumíveis estritamente indispensáveis a manutenção dos serviços; (ii) as transferências orçamentais destinadas aos Serviços e Fundos Autónomos, ao Governo Regional e Local, são mantidas ao nível do montante executado no ano anterior e, (iii) no âmbito do programa de investimentos públicos, fica suspensa a execução de projectos dotados com financiamento interno, que concorrem para a deterioração do saldo primário.

No cômputo geral, a diferença entre a dotação inicial e a dotação final, no montante de 10.346 milhares de Dobras, correspondente a um acréscimo de 0,3%, é justificado, por um lado, pela Cativação de Dotação ocorridos ao nível das despesas de funcionamento (actividades) e por outro, pela dotação adicional relativas as despesas de investimentos (projectos) financiadas com recursos internos e as despesas consignadas aos recursos dos sectores que arrecadam receitas próprias, no estrito cumprimento do n.º 6 do artigo 17.º da Lei n.º 5/2021.

II.2.1. Por Classificação Orgânica

Numa primeira linha a analise das alterações orçamentais por classificação orgânica, conforme apresentado na Tabela 19, verifica – se que apenas um (1) órgão tive diminuição na sua dotação inicial, excepto Câmara Distrital de Cantagalo (CDCG), Governo Regional de Príncipe (GRP), Ministério de Negócio Estrangeiro e Comunidade (MNEC), Ministério do Planeamento Finanças e Economia Azul (MPFEA), Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização (MAPRED), Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR), Gabinete de Primeiro Ministro (GPM), Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (MJDE), Ministério de Turismo, Cultura, Comércio e Indústria (MTCCI), onde foi verificado aumento das suas dotações ao logo do semestre em causa. Entretanto, o órgão que tive diminuição foi o Ministério Trabalho, Solidariedade, Família e Formação Profissional (MTSFFP), que resultou em redução da respectiva dotação iniciais, em 0,1%, respectivamente. Também é de salientar que os restantes órgãos não viu suas dotações iniciais alteradas.

Tabela 19: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Orgânica

(em milhares de Dobras)

Órgãos	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
AN	125 050	-		-	0	125 050	0,0	3,4
TC	32 018	-		-	0	32 018	0,0	0,9
TC0	15 015	-		-	0	15 015	0,0	0,4
TJ	38 778	-		-	0	38 778	0,0	1,1
PR	15 860	-		-	0	15 860	0,0	0,4
GPM	75 330	50		-	50	75 380	0,1	2,1
PGR	29 823	-		-	0	29 823	0,0	0,8
MDOI	303 008	125		-	125	303 133	0,0	8,3
MNEC	125 279	651		-	651	125 930	0,5	3,4
MJAPDH	76 797	-		-	0	76 797	0,0	2,1
MTSFFP	52 823	-	-50	-	-50	52 773	-0,1	1,4
MPFEA	217 105	835	0	-	835	217 940	0,4	5,9
MTCCI	38 964	58	0	-	58	39 022	0,1	1,1
MEES	602 091	-	0	-	0	602 091	0,0	16,4
MAPRED	50 692	-	191	-	191	50 883	0,4	1,4
MOPIRNA	411 304	20 720	0	20 720	0	411 304	0,0	11,2
MS	410 644	-	50	-	50	410 694	0,0	11,2
MJDE	55 698	-	50	-	50	55 748	0,1	1,5
MAPDR	140 727	340	0	-	340	141 067	0,2	3,8
GRP	123 015	7 089	0	-	7089	130 104	5,8	3,5
CDAG	24 123	-	0	-	0	24 123	0,0	0,7
CDCG	11 825	1 200	0	-	1200	13 025	10,1	0,4
CDCAUÉ	10 875	-	0	-	0	10 875	0,0	0,3
CDLMB	12 433	-	0	-	0	12 433	0,0	0,3
CDLOBTA	21 720	-	0	-	0	21 720	0,0	0,6
CDMZ	18 911	-	0	-	0	18 911	0,0	0,5
EGE	615 215	-	-241	-	-241	614 974	0,0	16,8
Total Geral	**3 655 123**	**31 066**	**-**	**20 720**	**10 346**	**3 665 469**	**0,3**	**100**

Fonte: DCP-MPFEA

Assim sendo, como acima relatado, os órgãos como Câmara Distrital de Cantagalo (CDCG), o crescimento verificado (1.200 milhares de Dobras), foi devido a inscrição do projecto “2459 - Requalificação de troços de estradas”; Governo Regional de Príncipe (GRP), o aumento aferido de 7.089 milhares de Dobras, foi exclusivamente ao aumento da dotação do projecto “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”; Ministério de Negócio Estrangeiro e Comunidade (MNEC), teve um incremento da dotação de 651 milhares de Dobras, correspondente a inscrição da acção “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais) ”; Ministério do Planeamento Finanças e Economia Azul (MPFEA), onde o aumento da dotação deveu ao registo da acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”; Ministério dos Assuntos Parlamentares, Reforma do Estado e Descentralização (MAPRED), o aumento avaliado de 191 milhares de Dobras, foi devido ao acréscimo da dotação da actividade “2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade”; Ministério de Agricultura, Pesca e Desenvolvimento Rural (MAPDR), teve um crescimento da dotação de 340 milhares de Dobras, correspondente a inscrição da acção “3376 -Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”; Gabinete de Primeiro Ministro (GPM), com incremento da dotação de 50 milhares de Dobras, devido a acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”; Ministério da Juventude, Desporto e Empreendedorismo (MJDE), verificou - se incremento da dotação de 50 milhares de Dobras, pelo aumento da dotação da acção “1001 - Despesa com Pessoal”, e por último, o Ministério de Turismo, Cultura, Comércio e Indústria (MTCCI), onde foi verificado aumento (58 milhares de Dobras) da sua dotação na acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

No que concerne a alteração Adicional que apresenta um montante de 31.066 milhares de Dobras, observa - se uma maior ocorrência, sobretudo, nos órgãos como MOPIRNA com cerca de 20.720 milhares de Dobras, referente a inscrição e aumento do projecto ”2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado” e “3872 - Projecto de Reab.Sist.Abas.Água Santana e Arredores”; em seguida o GRP no montante de 7.089 milhares de Dobras, devido a inscrição do projecto “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”; depois a CDCG com cerca de 1.200 milhares de Dobras, referente a dotação do projecto “2459 - Requalificação de troços de estradas”, e por fim, MPFEA em cerca de 835 milhares de Dobras, referente a acção “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

Para a alteração de Reforço, esta registou um valor nulo, apesar de ter sido registado reforço positivo, nos órgãos como MAPRED, MS e MJDE, respectivamente, nos montantes de 191 milhares de Dobras, 50 milhares de Dobras e 50 milhares de Dobras de incremento, tendo também registado reforço negativo no MTSFFP (50 milhares de Dobras) e do EGE (241 milhares de Dobras). É de realçar que o reforço negativo deve se a retirada da verba de um órgão para outro.

II.2.2. Por Classificação Funcional

A alteração orçamental no âmbito da classificação funcional, como apresentado na Tabela 20, realça-se a diminuição da dotação em quatro (4) funções como: Encargos Financeiros (18.706 milhares de Dobras), Habitação e Serviços Comunitários (5.000 milhares de Dobras), Segurança e Assistência Social (5.000 milhares de Dobras) e Transportes e Comunicações (5.000 milhares de Dobras), que correspondem respectivamente a menos 2,1%, 3,1%, 4,8% e 6,1% das respectivas dotações iniciais.

No entanto, comportamento contrário teve as restantes funções, nomeadamente a função Combustíveis e Energia que registou um aumento da sua dotação em 11,0%, que ascende a 71.406 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição do projecto "6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha"; em seguida Serviços Públicos Gerais que registou um aumento da sua dotação em 3,1%, que ascende a 1.213.531 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição dos projectos "1053 - Capacitação do Pessoal", "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", "2569 - Subsídios às Autoridades Públicas", "6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação", "6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível", "2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado", "2459 - Requalificação de troços de estradas", "6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais) " e "3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas"; a função Segurança Interna e Ordem Pública com um aumento da dotação de 0,5% que ascende a 36.481 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição das actividades "1001 - Despesa Com Pessoal" e "2000 - Funcionamento e Manutenção da Unidade", depois a função Agricultura e Pesca com aumento da dotação de 0,3%, ascendendo a 135.896 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção "3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas", e por último, Comércio e Serviços que registou um ligeiro aumento da sua dotação em 0,2%, que ascende a 25.341 milhares de Dobras, devido exclusivamente a inscrição da acção "3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas".

Tabela 20: Alteração Orçamental de Despesas por Classificação Funcional

(em milhares de Dobras)

Função	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Serviços Públicos Gerais	1 177 421	17 736	18374	-	36110	1 213 531	3,1	33,1
Defesa Nacional	273 154	125	0	-	125	273 279	0,0	7,5
Segurança Interna e Ordem Pública	36 312	-	169	-	169	36 481	0,5	1,0
Educação	606 173	-	60	-	60	606 232	0,0	16,5
Saúde	417 627	-	112	-	112	417 739	0,0	11,4
Segurança e Assistência Social	160 766	-	0	5 000	-5000	155 766	-3,1	4,2
Habitação e Serviços Comunitários	103 223	-	0	5 000	-5000	98 223	-4,8	2,7
Cultura e Desporto	63 341	-	-10	-	-10	63 332	0,0	1,7
Combustíveis e Energia	64 318	12 809	0	5 720	7089	71 406	11,0	1,9
Agricultura e Pesca	135 556	340	0	-	340	135 896	0,3	3,7
Transportes e Comunicações	243 458	-	0	5 000	-5000	238 458	-2,1	6,5
Comércio e Serviços	25 284	58	0	-	58	25 341	0,2	0,7
Trabalho	1 428	-	0	-	0	1 428	0,0	0,0
Ambiente	13 213	-	0	-	0	13 213	0,0	0,4
Outros Serviços Económicos	25 500	-	0	-	0	25 500	0,0	0,7
Encargos Financeiros	308 351	-	-18706	-	-18706	289 645	-6,1	7,9
Total Geral	**3 655 123**	**31 066**	**-**	**20 720**	**10 346**	**3 665 469**	**0,3**	**100**

Fonte: DCP-MPFEA

No âmbito das alterações de Adicional para esta classificação, estas foram expressivas em duas (2) funções a mencionar: Serviços Públicos Gerais no valor de 17.736 milhares de Dobras, justificado pelo incremento dos projectos “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2459 - Requalificação de troços de estradas”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais) ” e “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas” e por fim, a função Combustíveis e Energia (ascende a 12.809 milhares de Dobras), devido a inscrição do projecto “3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores” e “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha”.

II.2.3. Por Localização Geográfica

Em correspondência com a Tabela 21, relativo às alterações orçamentais por localização geográfica, observa-se que no universo de nove (9) localizações, quatro (4) delas traduziram num aumento de dotação inicial, nomeadamente a localização Príncipe em 5,3%, o correspondente a mais 142.844 milhares de Dobras, decorrente exclusivamente da inscrição dos projectos “5370 - Evacuação dos Doentes da RAP” e “6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha“; Lobata com 4,6%, que ascende a 73.071 milhares de Dobras, resultante fundamentalmente da inscrição dos projectos “6225 - Obras de Reabilitação do Edifício do Centro de Saúde Lobata” e “6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas”; depois a localização Cantagalo com uma taxa de 2,3% (53.725 milhares de Dobras), devido o aumento de dotação que ocorreu no projecto “2459 - Requalificação de troços de estradas” e por último, a localização Nacional que registou um aumento ligeiro de 0,5%, o correspondente a mais 3.081.197 milhares de Dobras, decorrente fundamentalmente da inscrição das actividades e dos projectos “1054 - Meio de Apoio ao Ensino”, “2569 - Subsídios às Autoridades Públicas”, “6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação”, “6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível”, “6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação”, “6740 - Despesas com a Equipa Médica Cubana”, “1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde”, “2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado”, “2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário”, “5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe”, “6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP”, “6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais) ” e “3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas”.

Tabela 21: Alteração Orçamental de Despesas por Localização Geográfica

(em milhares de Dobras)

Local	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Nacional	3 064 476	17 058	9662	10 000	16720	3 081 197	0,5	84,1
São Tomé	80 528	-	0	5 000	-5000	75 528	-6,2	2,1
Príncipe	135 693	7 089	62	-	7151	142 844	5,3	3,9
Água Grande	132 818	-	-11647	-	-11647	121 171	-8,8	3,3
Mé-Zochi	76 533	-	-1300	-	-1300	75 233	-1,7	2,1
Cantagalo	52 525	6 920	0	5 720	1200	53 725	2,3	1,5
Lembá	16 813	-	0	-	0	16 813	0,0	0,5
Lobata	69 849	-	3222	-	3222	73 071	4,6	2,0
Caué	25 887	-	0	-	0	25 887	0,0	0,7
Total Geral	**3 655 123**	**31 066**	**0**	**20 720**	**10 346**	**3 665 469**	**0,3**	**100**

Fonte: DCP-MPFEA

Ademais, vale ressaltar que na tabela acima, nota – se que três (3) localizações registou diminuição, sendo elas a localização Mé - Zochi, em respectivamente 1,7%, devido unicamente a diminuição efectuada na dotação do projecto "6541 - Conclusão de Centro de Saúde de Almas"; de forma semelhante a localização S.Tomé em 6,2%, redução efectivada no projecto "5347 - Projecto de Reabilitação e Extensão do Sistema de Abastecimento de Água - Rio Manuel Jorge" e por fim a localização Água – Grande com uma redução de 8,8% da dotação nos projectos "4829 - Vila Dolores/Chácara (via traseira) EN3 (0,7Km) ", "5984 - ES 124 Bairro Verde Quinta de St. António" e "6296 - Requalificação dos Arruamento da Cidade Capital e Arredores Incl Drenagem". Como se nota nas informações expressa, as restantes localizações não sofreram alteração da sua dotação para o período em análise.

II.2.4. Por Fonte de Recursos

Nesta secção são analisados os dados das alterações orçamentais das despesas por fonte de recursos, como apresentado através da Tabela 22, onde observa-se que as mesmas resultaram num ligeiro incremento de dotação das despesas financiadas com recursos externos em 0,7%, face ao inicialmente aprovado, como resultado do incremento efectuado na componente Donativos em 1,3%. Quanto as despesas financiadas com recursos internos, estas de forma complementar também sofreu alteração da sua dotação, aumentando esse financiamento em 0,1%, como efeito do acréscimo verificado nos recursos consignados – locais com uma taxa de 1,3% da dotação.

Por outro lado, no que se refere a recursos externos, também foi verificado que na componente empréstimo houve uma redução da dotação de 5,2%, o correspondente ao montante de 103.639 milhares de Dobras.

Tabela 22: Alteração Orçamental de Despesas por Fonte de Recursos

(em milhares de Dobras)

Fonte de Recurso	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Financiamento Interno	**2 374 818**	**1 407**			**1407**	**2 376 225**	**0,1**	**64,8**
Recursos Ordinários do Tesouro	2 243 548	50	-	-	50	2 243 598	0,0	61,2
Recursos Consignados - Locais	108 118	1 357	-	-	1357	109 475	1,3	3,0
HIPC	23 152	-	-	-	0	23 152	0,0	0,6
Financiamento Externo	**1 280 305**	**29 660**		**20 720**	**8940**	**1 289 245**	**0,7**	**35,2**
Financiamento externo - Doações	1 170 946	29 660	-	15 000	14660	1 185 606	1,3	32,3
Financiamento Externo - Empréstimo	109 359	-	-	5 720	-5720	103 639	-5,2	2,8
Total Geral	**3 655 123**	**31 066**	**-**	**20 720**	**10 346**	**3 665 469**	**0,3**	**100**

Fonte: DCP-MPFEA

Importa ainda frisar que as alterações ocorridas na fonte de Financiamento externo estão relacionadas, com o aumento verificado na componente Donativos, referente a dotação adicional e reforços realizada na sua maioria pela inscrição ou aumento de dotação dos seguintes projectos como é o caso de "1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde", "2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado", "2459 - Requalificação de troços de estradas", "2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário", "3872 - Projecto de Reab. Sist. Abas. Água Santana e Arredores", "5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe", "6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP", "6225 - Obras de Reabilitação do Edifício do Centro de Saúde Lobata", "6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais) ", "6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas" e "6805 - Extensão de Rede Eléctrica para as Comunidades S. Joaquim e Praia Campanha". Quanto a alteração ocorrida na fonte de Financiamento Interno, sobretudo na operação Adicional, da componente Recursos Consignados – Locais, o aumento da dotação de 1.357 milhares de Dobras foi verificado na acção "3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas".

II.2.5. Por Tipologia de Despesas

Neste item, a Tabela 23 apresenta as alterações orçamentais por tipologia de despesas, onde observa-se que as mesmas ocorreram em todas as tipologias (Actividades, Operações Especiais, Projectos e nas Consignadas), resultando no aumento da dotação inicial das Actividades, dos Projectos e das Consignadas em 0,9%, 0,7% e 1,4%, ou seja, cerca de 18.706 milhares de Dobras, 8.940 milhares de Dobras e 1.407 milhares de Dobras, e por outro lado, as Operações Especiais que tiveram uma diminuição da dotação de 10,2% do inicialmente aprovado para o período em análise, o equivalente a menos 18.706 milhares de Dobras.

Tabela 23: Alterações Orçamentais por Tipologia de Despesas

(em milhares de Dobras)

Tipologia da Despesa	Inicial	Adicional	Reforço	Cativação	Alteração	Corrigida	% Var.	% Estr.
Actividades	2 036 116	-	18706	-	18706	2 054 822	0,9	56,1
Operações Especiais	183 094	-	-18706	-	-18706	164 388	-10,2	4,5
Projectos	1 335 420	29 660	-	20 720	8940	1 344 360	0,7	36,7
Consignadas	100 493	1 407	-	-	1407	101 900	1,4	2,8
Total Geral	**3 655 123**	**31 066**	**-**	**20 720**	**10 346**	**3 665 469**	**0,3**	**100**

Fonte: DCP-MFCEA

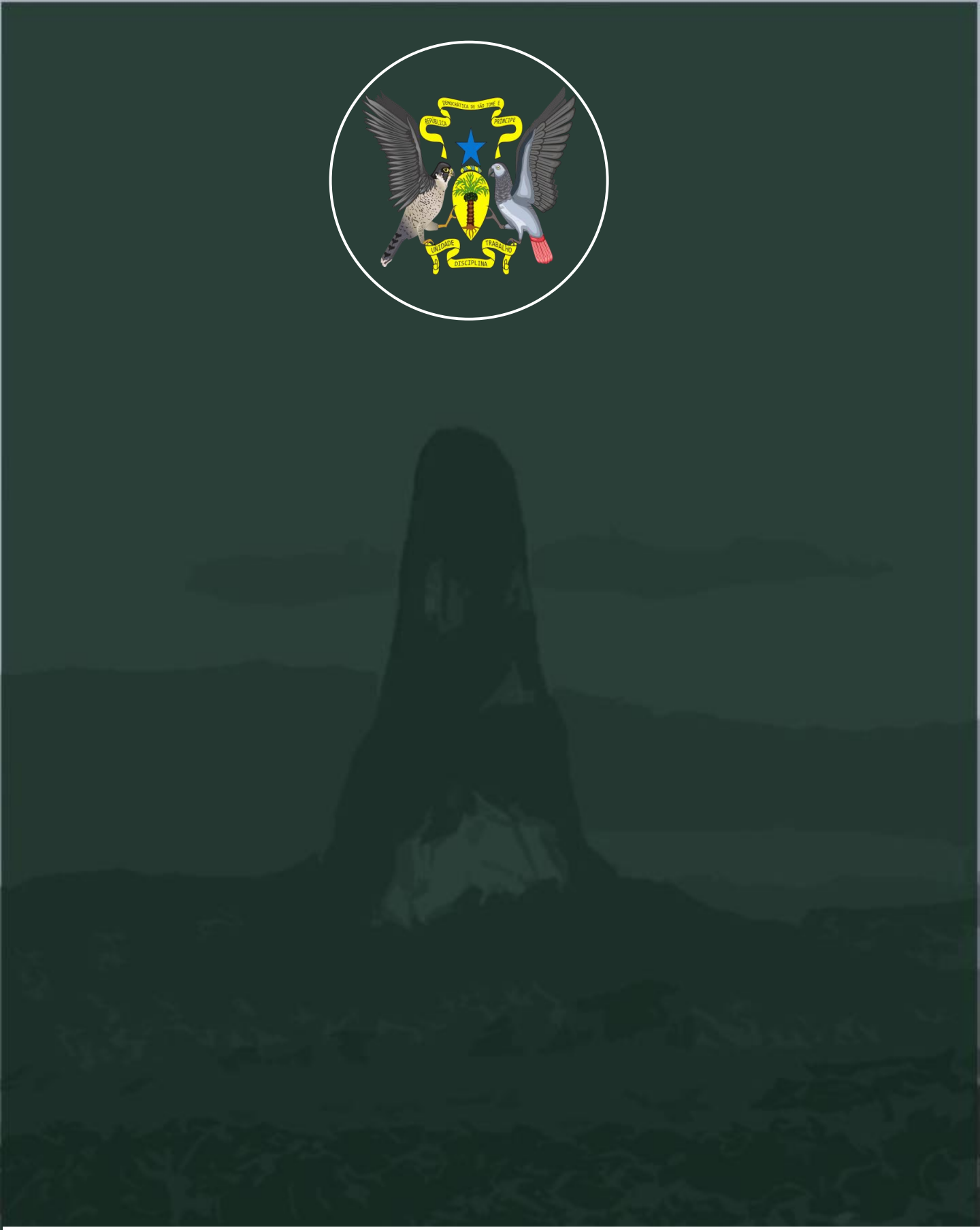
De forma complementar, os aumentos da dotação destas tipologias apresentadas acima estão relacionados ao aumento do valor da dotação das seguintes actividades e projectos:

- No item Actividades, temos o aumento nas seguintes acções "1054 - Meio de Apoio ao Ensino", "2569 - Subsídios às Autoridades Públicas", "5370 - Evacuação dos Doentes da RAP", "6043 - Regularização das Despesas Atrasadas de Serviço de Telecomunicação", "6044 - Regularização do Diferencial de Preços de Combustível", "6588 - Funcionamento do Instituto Superior de Educação e Comunicação" e "6740 - Despesas com a Equipa Médica Cubana";

- Para os Projectos, os aumentos da dotação foram ocasionados pelos projectos "1080 - Aquisição de Medicamentos e Consumíveis de Saúde", "2162 - Conclusão de obras de Construção de Quiosques no Novo Mercado", "2459 - Requalificação de troços de estradas", "2478 - Aquisição de Reagentes e Consumíveis para Sistema Sanitário", "5529 - Requalificação da EN2 (Av. Kwame N'Krumah)/ Ribeira Peixe", "6054 - Programa de Melhoria do Sistema de Saneamento em STP", "6225 - Obras de Reabilitação do Edifício do Centro de Saúde Lobata", "6453 - Obras de Reabilitação e Instalações (Construção de Infraestruturas judiciais) ", "6602 - Requalificação da EN1/Praia da Conchas" e "6805 – Requalificação de Praia dos Tamarinos", e por fim;

- As Consignadas, onde o aumento verificado foi resultado da alteração da dotação Adicional, na acção "3376 - Despesas ao Abrigo das Receitas Consignadas".

Relativamente a alteração no contexto Cativação, foi registado ocorrência na tipologia de despesa projectos, o que resultou na retenção de uma parte de verba orçamentada em alguns projectos no valor de 20.720 milhares de Dobras, valor este que pode ou não ser reutilizado.



DIRECÇÃO DE CONTABILIDADE PÚBLICA financas.gov.st